

2023

POLICY PAPER

DEZEMBRO, 2023

Apresentado Por
WASHINGTON BRAZIL OFFICE



Publicado pelo Washington Brazil Office, dezembro de 2023

www.braziloffice.org

O Washington Brazil Office (WBO) é uma instituição independente especializada em pensar sobre o Brasil e apoiar ações que fortalecem o papel da sociedade civil e das instituições dedicadas à promoção e defesa da democracia, direitos humanos, liberdades e desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável do país.

Nosso objetivo é produzir conhecimento e apoiar o trabalho internacional de todos os setores que necessitam de suporte, ação, intercâmbios bilaterais, produção de conhecimento e a construção de relações cooperativas entre o Brasil e os Estados Unidos e/ou com organizações e entidades internacionais sediadas nos Estados Unidos.

O WBO mantém uma parceria próxima e colaborativa com a sociedade civil brasileira, fomentando o envolvimento e a cooperação em diversos setores. Um testemunho dessa rede robusta é a afiliação de 54 organizações que representam diversas áreas no Brasil e estão intimamente ligadas ao WBO. Esse extenso espectro de afiliações destaca o compromisso do WBO com a inclusividade e o engajamento amplo, criando uma plataforma de cooperação que abrange uma variedade de setores e interesses no cenário brasileiro.

Índice

AGRADECIMENTOS	3
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	4
1.1 PROPÓSITO DO POLICY PAPER	4
1.2 RESUMO EXECUTIVO	5
CAPÍTULO 2: DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	6
2.1 VISÃO GERAL DA DEMOCRACIA NO BRASIL	6
2.2 SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	8
2.3 DESAFIOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	11
2.4 RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS	14
CAPÍTULO 3: AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	17
3.1 IMPORTÂNCIA DA FLORESTA AMAZÔNICA	17
3.2 DESAFIOS AMBIENTAIS E DESMATAMENTO	20
CAPÍTULO 4: IGUALDADE RACIAL E SUPERANDO O RACISMO	23
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL	23
4.2 SITUAÇÃO ATUAL DA IGUALDADE RACIAL	24
4.3 ENFRENTANDO O RACISMO ESTRUTURAL E A DISCRIMINAÇÃO	27
4.4 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA PROMOVER A IGUALDADE RACIAL	29
CAPÍTULO 5: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	31
5.1 DIREITOS E DESAFIOS LGBTQIA+	31
5.2 IGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA	33
CAPÍTULO 6: DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E AGENDA 2030	37
6.1 PAISAGEM SÓCIO-ECONÔMICA DO BRASIL	37
6.2 PROGRESSO E DESAFIOS NA CONQUISTA DOS ODS	42
6.3 ABORDAGENS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	44
CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO	48

AGRADECIMENTOS

Este policy paper é resultado dos esforços colaborativos de uma equipe dedicada, cujo comprometimento e expertise enriqueceram significativamente seu conteúdo. Os pesquisadores do Washington Brazil Office desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento deste documento, contribuindo ativamente com suas percepções, habilidades de pesquisa e dedicação ao processo meticuloso de redação.

Um agradecimento especial é estendido aos seguintes acadêmicos, os quais o WBO tem a honra de ter como research fellows: André Pagliarini, Fábio de Sá e Silva, Tracy Devine Guzmán, Silvio Eduardo Alvarez Candido, Vânia Penha-Lopes, Andrew Janusz, Rosana Heringer, Rubia Valente, Cecília Macdowell Santos, Fernanda Martinelli, Rafael Ioris e Jana Silverman. Sua expertise coletiva e dedicação foram indispensáveis na formação da abrangente análise apresentada neste policy paper. Expressamos também nossa gratidão pelas contribuições de Victor de Wolf da ABGLT e Giuliano Galli do Instituto Vladimir Herzog.

Este policy paper é uma conquista coletiva, viabilizada pela paixão, expertise e espírito colaborativo de cada indivíduo mencionado. Estendemos nossos sinceros agradecimentos a todos os envolvidos por suas contribuições excepcionais, sem as quais este projeto não teria sido possível.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 Propósito do Policy Paper

Este policy paper é elaborado com o objetivo principal de fornecer uma análise completa e detalhada dos desafios críticos que o Brasil enfrenta em diversas áreas. Enfatizando pilares fundamentais, como democracia, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, igualdade racial, gênero, diversidade sexual e desenvolvimento socioeconômico, o documento busca contribuir para uma compreensão das complexidades inerentes do cenário atual do Brasil.

Em seu cerne, este documento procura servir como um guia abrangente para formuladores de políticas, acadêmicos e ativistas, oferecendo uma exploração estruturada de questões multifacetadas que moldam a trajetória do Brasil. Ao analisar cada área temática, o policy paper busca iluminar as interconexões intrincadas entre democracia, sustentabilidade ambiental, igualdade social e desenvolvimento econômico.

No entanto, o propósito do documento vai além da mera análise; ele aspira ser um catalisador para mudanças positivas. Ao apresentar desafios e oportunidades dentro de cada área, o documento propõe uma série de recomendações de políticas específicas. Essas recomendações são elaboradas para fomentar uma transformação positiva, abordando as causas fundamentais dos problemas e vislumbrando um futuro mais equitativo e sustentável para o Brasil.

Ao passo que o Brasil se encontra em um momento crítico, lidando com questões urgentes que ressoam globalmente, este policy paper busca ser um recurso valioso. Seu propósito não é apenas informar, mas inspirar ação, fornecendo um roteiro para formuladores de políticas e partes interessadas navegarem no complexo cenário de desafios e oportunidades e contribuirão coletivamente para o avanço de um Brasil mais inclusivo, justo e sustentável.

1.2 Resumo Executivo

Este policy paper oferece uma análise abrangente de problemas cruciais enfrentados pelo Brasil em várias áreas, destacando democracia, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, igualdade racial, gênero, diversidade sexual e desenvolvimento socioeconômico. A estrutura do documento visa proporcionar insights sobre desafios e oportunidades nessas áreas, apresentando recomendações de políticas para promover mudanças positivas.

- **Democracia, Direitos Humanos e Liberdade de Expressão**

Esta seção aprofunda-se no estado da democracia no Brasil, analisando a situação dos direitos humanos e destacando desafios à liberdade de expressão. São apresentadas recomendações para fortalecer instituições democráticas e preservar os princípios dos direitos humanos no país.

- **Amazônia, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas**

Com foco no meio ambiente, este capítulo enfatiza a importância da Floresta Amazônica, aborda desafios ambientais e delinea o impacto do desmatamento. São exploradas potenciais estratégias para garantir práticas ambientais sustentáveis e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

- **Igualdade Racial e Superação do Racismo**

Examinando o contexto histórico de racismo no Brasil, este capítulo avalia o estado atual da igualdade racial, propõe soluções para abordar o racismo estrutural e a discriminação, e apresenta recomendações de políticas para promover a igualdade racial no país.

- **Gênero e Diversidade Sexual**

Esta seção aborda os direitos LGBTQ+, igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no Brasil. Uma visão geral dos desafios enfrentados por essas comunidades é oferecida e sugere-se estratégias para avançar nos direitos de gênero e diversidade sexual.

- **Desenvolvimento Socioeconômico, ODS e Agenda 2030**

Com foco no cenário socioeconômico do Brasil, este capítulo avalia o progresso e os desafios na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e delinea abordagens políticas para um desenvolvimento sustentável alinhado com a Agenda 2030.

CAPÍTULO 2: DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

2.1 Visão Geral da Democracia no Brasil

Como a segunda maior democracia no Hemisfério Ocidental e a quarta maior do mundo, o Brasil é um país vasto e complexo marcado pela desigualdade e uma história de autoritarismo que continua a influenciar sua política. Também é uma nação com movimentos sociais dedicados, partidos políticos diversos, e pensadores, empreendedores, ativistas e líderes políticos experientes. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu uma ditadura militar de direita que reprimiu brutalmente a dissidência. Em 2018, o país elegeu um presidente que elogiou abertamente a experiência do regime militar. No entanto, as disfunções e instabilidades da democracia brasileira começaram antes: em 2014, o candidato presidencial derrotado, Aécio Neves, questionou a imparcialidade das eleições; em 2016, a então presidente, Dilma Rousseff, enfrentou um processo de impeachment amplamente considerado um golpe parlamentar; e em 2018, o candidato Lula da Silva foi retirado da corrida eleitoral devido a acusações de corrupção, que foram posteriormente consideradas contaminadas pelo viés e abusos do juiz Sérgio Moro, que, após as eleições de 2018, foi nomeado Ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro.

O governo Bolsonaro foi marcado por constantes ataques às instituições democráticas, perpetrados por membros do governo, incluindo o próprio presidente e seus aliados, em um ecossistema de extrema-direita, ancorado em setores da comunidade empresarial, mídia comercial e influenciadores de mídias sociais. Esses ataques se intensificaram durante o processo eleitoral e persistiram após a divulgação dos resultados oficiais. Diversos grupos, atribuindo a vitória de Lula da Silva a fraudes—uma teoria que Bolsonaro ajudou a propagar—acamparam em frente a quartéis militares por mais de 60 dias, exigindo intervenção militar na política para anular as eleições, prender juízes e instaurar Bolsonaro para um segundo mandato. Uma semana após a posse de Lula, esses apoiadores promoveram uma insurreição na capital, invadindo e vandalizando vários prédios do governo.

A aparente resiliência das instituições democráticas brasileiras aos ataques de 8 de janeiro de 2023 esconde a disfunção democrática resultante da última década da história política brasileira. Nesse período, o Congresso brasileiro se tornou mais conservador e transacional, exercendo maior controle sobre o orçamento e a agenda de políticas públicas; os militares retornaram à política, ocupando milhares de cargos civis no poder Executivo federal; a Procuradoria-Geral da República foi instrumentalizada para garantir a impunidade de Bolsonaro; e o Judiciário, especialmente o

Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tornaram-se os principais vetores de responsabilização e controle dos abusos cometidos pelo ex-presidente. Isso, por sua vez, expôs esses tribunais a ataques extremistas, gerando críticas contra juízes, especialmente o Ministro do Supremo Tribunal, Alexandre de Moraes, por supostos abusos. O atual governo Lula tem o desafio de tentar estabilizar esse quadro político-institucional, restaurar a legitimidade da presidência e responsabilizar atores públicos e privados por violações das normas democráticas e pelo respeito ao devido processo legal.

O ataque às instituições democráticas do Brasil destacou a profunda polarização do país, reconhecida pelo presidente Joe Biden na ocasião da visita de Lula à Casa Branca em fevereiro: "As fortes democracias de nossas nações foram testadas ultimamente—muito testadas—e nossas instituições foram postas em perigo. Mas, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a democracia prevaleceu." Ele concluiu que "nossas agendas mútuas, elas soam muito semelhantes".¹ Aos olhos de muitos brasileiros, isso é uma meia verdade. Embora seja necessário reconhecer o papel importante dos Estados Unidos em sinalizar para as elites e as forças armadas do Brasil que não apoiaria uma nova ruptura democrática,² há ressentimentos em relação ao aparente papel do governo dos EUA na Operação Lava Jato, que levou à prisão de Lula.³ Embora essas tensões entre os dois países sejam desafios a serem superados em um governo liderado pelo próprio Lula, a colaboração para o fortalecimento da democracia permanece um interesse mútuo para o Brasil e os Estados Unidos. Ambos os países enfrentam ataques à democracia de forças políticas com perfis e métodos semelhantes. Nesse contexto, questões como o combate ao extremismo e a desinformação e a regulação de plataformas digitais podem aproximar Lula e Biden, com repercussões positivas para a democracia no hemisfério.

Isso também é verdade em relação a outras questões—principalmente a luta contra as mudanças climáticas e a preservação da democracia—mas não todas. De fato, insistir em interesses em comum ignora muito e, em última análise, mina oportunidades para uma colaboração mais

¹ Biden, Joe. "Remarks by President Biden and President Lula da Silva of Brazil Before Bilateral Meeting." February 10, 2023. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/02/10/remarks-by-president-biden-and-president-lula-da-silva-of-brazil-before-bilateral-meeting/>.

² Congresso em Foco. "Ação Dos Eua Impediu Golpe No Brasil, Diz Ex-Chanceler Mexicano." Congresso Em Foco, 20 Aug. 2023, congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/acao-dos-eua-impediu-golpe-no-brasil-diz-ex-chanceler-mexicano/.

³ Andrew Fishman, N. V. (2023, July 25). "The secret history of U.S. involvement in Brazil's operation car wash." The Intercept. <https://theintercept.com/2020/03/12/united-states-justice-department-brazil-car-wash-lava-jato-international-treaty/>; Estrada, G., & Bourcier, N. (2022, March 11). "lava jato," the Brazilian trap. Le Monde.fr. https://www.lemonde.fr/en/archives/article/2022/03/11/lava-jato-the-brazilian-trap_5978421_113.html

profunda. O Brasil tem suas próprias necessidades, desejos e interesses, alguns dos quais não estão alinhados com o que Washington quer para a região e a ordem mundial de maneira mais geral. Os Estados Unidos devem aceitar e respeitar isso.

No passado, as administrações dos EUA frustraram as esperanças brasileiras de exercer maior influência na América do Sul e além, uma dinâmica que gerou desconfiança persistente. Muitos formuladores de políticas brasileiros veem a China e a Rússia como, no mínimo, tão confiáveis quanto os Estados Unidos, uma perspectiva preocupante para autoridades americanas preocupadas com a crescente influência da China nas Américas e a guerra da Rússia na Ucrânia. Sob Lula, o Brasil manteve uma política de firme não alinhamento, buscando maximizar oportunidades comerciais com os Estados Unidos, bem como seus rivais. Reconhecer abertamente as diferenças em vez de ignorá-las condescendentemente é um passo importante que os Estados Unidos devem tomar para recuperar a confiança do Brasil. O objetivo final de uma relação produtiva entre os Estados Unidos e o Brasil deve ser lançar as bases para um papel maior do Brasil na governança global. Fazê-lo demonstraria aos brasileiros que os Estados Unidos reconhecem sua importância como parceiros democráticos capazes de lidar com questões transnacionais difíceis de maneiras que, por vezes, Washington não consegue.

2.2 Situação dos Direitos Humanos

A derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 traz oportunidades significativas para a projeção dos direitos humanos, mas o país está longe de eliminar seus desafios históricos nesse sentido, exacerbados pela ascensão e legado do ex-presidente. Durante sua posse, o novo presidente Lula da Silva subiu a rampa do palácio presidencial acompanhado de um menino negro, um catador de lixo, um indígena idoso, um metalúrgico, um professor, uma mulher e um jovem com deficiência—demonstrando assim a importância de um governo focado em todos os segmentos da população.⁴ Pouco depois de assumir o cargo, Lula agiu rapidamente para reconstruir a capacidade institucional do país em áreas cruciais para a política de direitos humanos, reativando instituições participativas que foram abolidas ou enfraquecidas durante o governo Bolsonaro (especialmente conselhos) e recriando agências com status ministerial para lidar com questões de igualdade racial e de gênero. Lula também, pela primeira vez na história do país, estabeleceu um

⁴ Patriolino, Luana. “Veja Quem São Os Representantes Do Povo Brasileiro Que Subiram a Rampa Com Lula.” Política, www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5063027-veja-quem-sao-os-representantes-do-povo-brasileiro-que-subiram-a-rampa-com-lula.html. Accessed 30 Nov. 2023.

ministério dedicado inteiramente aos direitos dos povos indígenas, nomeando uma mulher indígena, Sonia Guajajara.⁵

Quase um ano após a posse de Lula, pode-se dizer que houve sucesso relativo na reconstrução de várias políticas relevantes para os direitos humanos que foram minadas durante o governo Bolsonaro. Destacam-se as políticas voltadas para a promoção da igualdade racial, com o Congresso aprovando a extensão da lei que garante cotas para negros e indígenas nas universidades públicas e estendendo essas cotas para cursos de pós-graduação.⁶ Há também um movimento significativo para enfrentar desafios mais contemporâneos, como o combate ao extremismo político⁷ e à violência nas escolas,⁸ que são foco de grupos de trabalho nos Ministérios dos Direitos Humanos e da Educação.

Apesar desses avanços, as condições políticas para a agenda de direitos humanos permanecem extremamente desfavoráveis. Embora seja verdade que Bolsonaro tenha perdido a eleição (o que, é importante lembrar, aconteceu por uma margem estreita), candidatos identificados com suas posições foram massivamente eleitos para a Câmara dos Deputados, o Senado e os governos estaduais. Esses atores políticos permanecem comprometidos com a mesma guerra cultural que guiou as ações do governo Bolsonaro e atacou os direitos humanos das populações vulneráveis. Por exemplo, em 10 de outubro de 2023, uma comissão da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo.⁹ Se aprovado em uma sessão plenária, esse projeto seria inevitavelmente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal, que, no julgamento conjunto da ADPF 132 e ADI 4277, determinou que casais do mesmo sexo e heterossexuais devem ter os mesmos direitos e proteção estatal. No entanto, simbolicamente, essas iniciativas legislativas demonstram a força de setores cuja visão de mundo e projeto político são estruturados de maneira incompatível com os direitos humanos, rejeitando a

⁵ “Nova Estrutura de Ministérios Começa a Valer Nesta Terça.” *Ministério Da Gestão e Da Inovação Em Serviços Públicos*, 23 Jan. 2023, www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/nova-estrutura-de-ministerios-comeca-a-valer-nesta-terca.

⁶ Nova Lei de Cotas Segue Para Sanção — Ministério Da Educação, www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/nova-lei-de-cotas-segue-para-sancao.

⁷ “MDHC Entrega Relatório Com Propostas Para Enfrentar o Discurso de Ódio e o Extremismo No Brasil.” *Ministério Dos Direitos Humanos e Da Cidadania*, www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil. Accessed 30 Nov. 2023.

⁸ “GTI de Combate à Violência NAS Escolas Apresenta Relatório.” *Ministério Da Educação*, www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/gti-de-combate-a-violencia-nas-escolas-apresenta-relatorio.

⁹ “Comissão Aprova Projeto Que Proíbe O Casamento Entre Pessoas Do Mesmo Sexo - Notícias.” *Portal Da Câmara Dos Deputados*, www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/.

premissa fundamental de que todas as pessoas devem ser tratadas com igual respeito e consideração.

Lidar com posições mantidas por pessoas resistentes aos direitos humanos e enraizadas em setores do próprio Estado, especialmente entre as organizações policiais e as Forças Armadas, será igualmente desafiador—um problema que remonta à redemocratização do país e à escolha, desde então, de não confrontar os militares e não reformar as agências de segurança pública herdadas da ditadura civil-militar (1964–1985). O novo governo Lula merece crédito por interromper processos de transformação institucional que estavam reconfigurando as forças policiais federais, especialmente a Polícia Rodoviária Federal, transformando-as em verdadeiras forças de repressão política e ataques à democracia.¹⁰ No entanto, a violência policial nos estados continuou a ganhar manchetes em 2023, com massacres notáveis em São Paulo¹¹ e na Bahia.¹² Esses eventos, que vitimizam preferencialmente jovens negros residentes nas periferias urbanas, foram publicamente justificados por autoridades de forças políticas opositoras, incluindo aquelas dentro do governo federal, utilizando a mesma retórica de que "a criminalidade não se combate com rosas".¹³ Assim, revelam uma capitulação do país a soluções autoritárias em questões de segurança pública.

Da mesma forma, apesar do trabalho de reconstrução da relevante capacidade institucional para as políticas de direitos humanos destacado acima, uma lacuna importante e simbólica relacionada à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos persiste. Esta comissão, criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994–2002) para reconhecer vítimas da ditadura civil-militar, localizar seus corpos e compensar suas famílias, foi desativada no final do governo Bolsonaro. Sua recriação pelo governo Lula, no entanto, continua sendo adiada, apesar da pressão de famílias e da sociedade civil. Segundo relatos da imprensa, o atraso decorre de uma tentativa de evitar conflitos com os militares.¹⁴

¹⁰ Pinotti, Fernanda. "Pf Indica Que Silvinei Vasques Teria Determinado 'Policimento Direcionado' Da Prf Em 2o Turno Das Eleições." *CNN Brasil*, www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-indica-que-silvinei-vasques-teria-determinado-policimento-direcionado-da-prf-em-2o-turno-das-eleicoes/.

¹¹ Folha. "Operação Na Baixada Santista Tem Indícios de Chacina, Dizem Especialistas." *Folha de S.Paulo*, 2 Aug. 2023, www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/operacao-na-baixada-santista-tem-indicios-de-chacina-dizem-especialistas.shtml.

¹² "Chacina Com Nove Mortes Na Bahia FOI Motivada Por Ciúmes, Diz Polícia." *G1*, 29 Aug. 2023, g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/29/coletiva-policia-civil-chacina-bahia.ghtml.

¹³ Jussara Soares, Basília Rodrigues. "Não Se Enfrenta Crime Organizado Com Rosas, Diz Número 2 Do Ministério Da Justiça à CNN." *CNN Brasil*, www.cnnbrasil.com.br/politica/nao-se-enfrenta-crime-organizado-com-rosas-diz-numero-2-do-ministerio-da-justica/.

¹⁴ MARIANNA HOLANDA - RENATO MACHADO - Folhapress. "Governo Lula Ignora Promessa e Mant." *Estado de Minas*, 24 Sept. 2023, www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/09/24/interna_politica,1566338/governo-lula-ignora-promessa-e-mantem-extinta-comissao-de-mortos-e-desapare.shtml.

Em resumo, a situação dos direitos humanos no Brasil hoje reflete um equilíbrio delicado que provavelmente caracterizará todo o ciclo atual do governo, ou seja, entre a eleição de um presidente vinculado às forças democráticas e, portanto, comprometido com agendas de direitos humanos, combinado com a tentativa de reconstruir a capacidade institucional que permita ao governo reconhecer e abordar as demandas de diversos segmentos da população, por um lado, e um contexto político adverso que, gostemos ou não, parece estar aqui para ficar e está ligado a formas de autoritarismo historicamente enraizadas no Estado.

2.3 Desafios à Liberdade de Expressão

Em uma sociedade ainda polarizada e extremamente desigual, que é fortemente influenciada pela mídia, o jornalismo e a comunicação desempenham um papel absolutamente fundamental: informar e circular informações relevantes para todos os segmentos da população, considerando as diferentes perspectivas e modos de vida que compõem o mundo. É uma condição da democracia que os cidadãos tenham acesso a informações independentes e contribuam para a livre circulação dessas informações, possibilitando que as pessoas participem genuinamente da vida política e compreendam de maneira esclarecida as questões de interesse público. Um governo comprometido em garantir e fortalecer o regime democrático, portanto, deve agir para garantir que esses princípios sejam devidamente mantidos, de acordo com o estabelecido pela Constituição e outros documentos nacionais e internacionais que regem o Estado democrático de direito.

No Brasil, no entanto, os anos recentes foram caracterizados, entre outras coisas, por ameaças sistemáticas e violações dos direitos à liberdade de expressão e de imprensa. Além disso, houve uma tentativa de cooptar esses princípios básicos da vida democrática. Isso colocou o tema, de maneira geral, no centro do debate público, tornando a necessidade de ação pelo novo governo ainda mais urgente e assertiva. Nesse sentido, o legado deixado pela administração anterior é impressionante, já que o número de ameaças e ataques a jornalistas e comunicadores disparou, com o ex-presidente tornando-se um dos principais agentes dessas violações. A desinformação não apenas se aproveitou da negligência das plataformas digitais, mas também se tornou uma ferramenta de comunicação para o grupo que liderou o país nos últimos anos. Durante esse período, o governo Bolsonaro desmantelou programas estatais de proteção e minou suas estruturas.

Os desafios para o novo governo, que já eram consideravelmente complexos, tornaram-se ainda maiores após os lamentáveis atos golpistas cometidos na Praça dos Três Poderes, em

Brasília, em 8 de janeiro. Apoiadores de Bolsonaro invadiram prédios públicos, roubaram ou danificaram obras de arte e quebraram janelas. A destruição foi generalizada. No meio desse ato terrorista, manifestantes atacaram covardemente jornalistas e comunicadores no exercício de sua profissão. Esses ataques variaram de agressões verbais a violência física, tortura, destruição de equipamentos e roubos.

Foi aí, no primeiro dia da segunda semana de um governo recém-inaugurado, que as ações do novo governo começaram a se desenhar. Antes disso, um gabinete de transição criou grupos de trabalho que, por várias semanas, aprofundaram-se em várias questões públicas, incluindo aquelas relacionadas de forma direta e indireta à garantia do direito à liberdade de expressão. Mas foi em resposta aos graves atos cometidos em 8 de janeiro que o novo governo começou a agir concretamente em defesa dos princípios constitucionais.

No início de seu mandato, a nova administração criou a Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República do Brasil. O governo nomeou especialistas da sociedade civil em várias áreas para o órgão, com foco em um dos maiores desafios não apenas para o novo governo, mas para o Brasil contemporâneo e o mundo, ou seja, o combate à desinformação. Apesar da gravidade notória do problema da desinformação e de seu impacto na democracia e na justiça social, as discussões sobre soluções eram subdesenvolvidas no Brasil, América Latina e em outros lugares. Apesar do grande número de entidades da sociedade civil altamente qualificadas com experiência em discutir políticas da internet, havia um déficit na participação estatal e em propostas eficazes para abordar esse problema.

Ao estabelecer uma secretaria encarregada de formular e orquestrar a execução dessas sugestões, o novo governo deu um passo notavelmente louvável para lidar com a questão. Embora esses esforços exijam naturalmente ajustes finos, é imperativo fomentar uma maior coesão com vários setores do governo brasileiro e do Estado. Isso envolve a desafiadora tarefa de conscientizar o Congresso sobre a necessidade urgente de aprovar leis e implementar medidas tangíveis que promovam avanços nessa área.

Nesse sentido, vale destacar a urgência na aprovação do Projeto de Lei (PL) 2630/20, que estabelece regras relacionadas à transparência de redes sociais e serviços de mensagens privadas, especialmente no que diz respeito à responsabilidade dos provedores no combate à desinformação e ao aumento da transparência na internet, estabelecendo clareza quanto ao conteúdo patrocinado e promovendo ação governamental. Um problema tão complexo quanto a desinformação requer, necessariamente, uma participação assertiva do Estado. Mesmo que não seja perfeito, o PL

2630/20 cria condições fundamentais para uma melhoria no ecossistema em que as informações, incluindo conteúdo jornalístico, são produzidas e compartilhadas.

No início de janeiro de 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, anunciou a criação do Observatório Nacional de Violência contra Jornalistas e Comunicadores, que desde então foi encarregado de monitorar, receber casos e promover ações multidisciplinares para conter o preocupante cenário de violência contra a imprensa em todo o país. O estabelecimento de tal entidade foi um pedido antigo de sindicatos e organizações da sociedade civil envolvidos nesse âmbito. Portanto, a adoção de uma medida que traz benefícios políticos e materiais inequívocos para a proteção da liberdade de expressão no Brasil é louvável. Refinamentos são indubitavelmente necessários, mas a visão inerente do Observatório, que prevê uma arena ampla para o engajamento político de cidadãos e entidades já comprometidos com essa causa, reforça a avaliação positiva da iniciativa. Isso destaca a importância de o Estado agir progressivamente como facilitador para o conhecimento e as iniciativas gerados pela sociedade civil e pelas universidades em todo o país.

É inegável que a conquista de uma política pública que garanta o desempenho de indivíduos e grupos dedicados a viabilizar a livre circulação de informações, promovendo a construção democrática no fortalecimento, defesa ou reparo de direitos, é indiscutivelmente um avanço significativo, resultante de esforços e investimentos entre a sociedade civil e o Estado. Foi por esse motivo que o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) foi criado em 2017, com base na Política Nacional de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH), nove anos antes. No entanto, essa iniciativa ainda não foi levada a sério pelo Estado brasileiro—e esse diagnóstico inclui o governo anterior e o primeiro ano do governo atual. O modelo operacional do PPDDH ainda é extremamente burocrático, resultando em uma letargia absolutamente incompatível com a necessidade de fornecer medidas de proteção. Além disso, não existem protocolos nacionais unificados para análise de riscos e definição de medidas a serem adotadas. Por fim, o PPDDH não é muito transparente, pouco conhecido e não promove iniciativas para aumentar sua visibilidade. Aproximando-se de seu primeiro ano sob a administração do novo governo, havia uma expectativa de que o PPDDH, sendo uma política pública crucial do Estado, passaria—ou pelo menos iniciaria—por reestruturações. É importante reiterar que o legado da administração anterior foi devastador. No entanto, o que se observa é uma certa inércia, resultando no programa ainda não se configurar como uma alternativa viável para jornalistas e comunicadores que enfrentam ameaças e violações relacionadas ao seu trabalho jornalístico ao final deste primeiro ano de governo.

No entanto, pode-se afirmar que, no geral, o novo governo avançou na defesa da liberdade de expressão. Isso vai além da diminuição notável na frequência de ataques graves a jornalistas, comunicadores e estabelecimentos de mídia por representantes do Estado, que eram quase diários. O progresso é atribuído principalmente ao reconhecimento evidente, refletido na agenda da nova administração, do papel crucial que a liberdade de expressão desempenha no funcionamento efetivo de um sistema democrático. O desafio agora é conciliar essa compreensão com a necessidade absolutamente urgente de adotar medidas concretas que garantam efetivamente a preservação e expansão desse direito para todos os cidadãos brasileiros. Sem o livre fluxo de informações e opiniões, o regime democrático não funciona.

2.4 Recomendações para Fortalecer a Democracia e os Direitos Humanos

Em termos de democracia e direitos humanos, o Brasil e os Estados Unidos enfrentam desafios semelhantes. Como discutido, em ambos os países, houve movimentos para minar os resultados do processo eleitoral, e em ambos, marcos significativos de direitos humanos—como igualdade racial e de gênero, e igualdade entre casais do mesmo sexo e heterossexuais, para citar alguns exemplos—têm sido questionados. Portanto, há uma oportunidade única de colaboração entre os governos dos dois países em questões que vão desde o combate ao extremismo político até a regulamentação de plataformas digitais, passando pela luta contra a discriminação contra a população LGBTQIA+ até brutalidade policial contra afrodescendentes.

Ao lidar com o Brasil, o governo dos EUA faria bem em reconhecer o sentimento de líderes da maior nação da América Latina de que são julgados por um conjunto diferente de regras no cenário mundial do que aquelas que os americanos estabelecem para si mesmos. Grande parte das críticas à política externa independente de Lula na imprensa e por alguns funcionários públicos parece sugerir que não há uma crítica legítima à hegemonia dos EUA. Da perspectiva brasileira, há pouquíssima responsabilidade pelos desastres da política externa dos EUA, mesmo quando o Brasil arrisca retaliação diplomática por se recusar a contribuir com armamentos para uma guerra na qual não está diretamente envolvido. A contradição é clara: os pensamentos de Lula sobre qualquer assunto de política externa são examinados minuciosamente para avaliar os compromissos democráticos do Brasil e determinar se ele pode ou deve ter mais voz nos assuntos globais, enquanto a hegemonia dos EUA é aceita como dada, apesar da história manchada do século XX. Esse uso de dois pesos e duas medidas contribui para o déficit de confiança entre as gigantes hemisféricas e alimenta a sensação de que mais vozes precisam ser ouvidas na construção

de um novo quadro de governança internacional. Isso, até agora, é o projeto do terceiro mandato de Lula quando se trata de política externa.

Para o presidente brasileiro, o projeto de integração sul-americana é uma questão de estratégia geopolítica e afinidade ideológica. Acima de tudo, no entanto, Lula está comprometido com a multipolaridade porque acredita que ela serve aos interesses do Brasil e de outros países que veem poucas oportunidades de ascensão no arranjo atual. Sua administração visa não minar a chamada ordem internacional liberal, mas expandir seu apelo democrático. Contrariando a ideia propagada de que uma diluição do poder dos EUA nos assuntos internacionais levaria a piores resultados de direitos humanos ao redor do mundo, Lula argumenta que uma influência maior para uma gama mais ampla de nações, na verdade, fortaleceria os compromissos democráticos em todo o mundo.

A administração Lula não concorda com Washington quando se trata da situação na Venezuela sob Nicolás Maduro.¹⁵ De fato, Lula foi comparado desfavoravelmente ao Presidente Gabriel Boric do Chile, um líder progressista mais jovem que adotou uma postura muito mais dura contra Maduro. Também aqui é importante que os formuladores de políticas em Washington compreendam o raciocínio de Lula. O objetivo de longa data de Lula é posicionar o Brasil—e a si mesmo—como intermediário para problemas diplomáticos complicados. Maduro está, atualmente, o mais isolado possível no cenário mundial. O que Lula conseguiria ao se juntar ao coro esmagador de condenação contra ele? Qual objetivo final isso avançaria? Não está claro que tal abordagem faria algo para alterar o impasse atual. Em vez disso, Lula insiste em relações amistosas na esperança de que o Brasil possa preservar a credibilidade em todos os lugares e eventualmente ajudar a intermediar um acordo. Se essa abordagem resultará em resultados tangíveis ou não, ainda está para ser visto, mas é uma estratégia clara e concreta. Reconhecer o pensamento estratégico das movimentações da política externa brasileira é o mínimo necessário para estabelecer um relacionamento mais confiante entre Washington e Brasília.

Participar do diálogo e da diplomacia pode ajudar a melhorar as condições de direitos humanos, construindo confiança e entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, e criando um ambiente mais propício para a cooperação em direitos humanos. Isso pode ser feito por meio de reuniões regulares entre autoridades de ambos os países e participação em fóruns internacionais de direitos humanos. Fazê-lo permitiria que autoridades dos EUA entendessem melhor o

¹⁵ “Lula cosies up to Nicolás Maduro, Venezuela’s autocrat.” *The Economist*. June 1, 2023. <https://www.economist.com/the-americas/2023/06/01/lula-cosies-up-to-nicolas-maduro-venezuelas-autocrat>.

pensamento da política externa brasileira e vice-versa. Washington também poderia sinalizar seu compromisso com um relacionamento profundo e produtivo com o Brasil reconhecendo a ampla gama de desafios de direitos humanos enfrentados pela maior nação da América Latina. Isso inclui compromissos mais fortes para proteger os direitos dos povos indígenas; combater a tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes; aumentar a aplicação da lei contra o tráfico de pessoas; e proteger os direitos da comunidade LGBTQ+. Ao contrário do governo Bolsonaro, o governo Lula está comprometido em abordar cada uma dessas questões. Os Estados Unidos podem e devem fazer mais para demonstrar que são um parceiro ativo.

Além de uma robusta relação comercial, que é mutuamente benéfica e em grande parte não controversa, há uma série de pequenas e grandes ações que os Estados Unidos podem tomar para sinalizar que veem o Brasil como um parceiro valioso e mostrar que eles mesmos podem ser um aliado produtivo e confiável. O Brasil é um país enorme com uma população jovem, recursos abundantes e proficiência técnica em várias áreas-chave. Desde o retorno da democracia no final dos anos 80, após duas décadas de regime militar, administrações sucessivas, especialmente nos últimos vinte anos, têm implementado políticas sociais-democratas que receberam aclamação internacional. Os Estados Unidos frequentemente reconheceram isso, mesmo que, historicamente, tenham minado a capacidade do Brasil de se governar. Os Estados Unidos poderiam fazer mais para reconhecer formalmente os feitos democráticos do Brasil, como tirar milhões da pobreza e combater a fome. Destacar o gigante sul-americano como modelo em áreas específicas é um gesto pequeno, de baixo custo, mas potencialmente poderoso que os EUA poderiam fazer para criar relações mais calorosas com o Brasil.

Trabalhar proativamente para tornar o Brasil um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e da OCDE, desclassificar documentos relacionados à ditadura militar de 1964, aumentar o financiamento para preservação ambiental e iniciativas colaborativas de pesquisa, aprofundar o compartilhamento de inteligência e reconhecer as conquistas e contribuições do país são apenas algumas das coisas que Washington poderia fazer para lidar com o déficit de confiança que se acumulou ao longo dos anos com a maior nação da América Latina. Se Washington tomar uma série de medidas relativamente pequenas, mas simbolicamente significativas, pode demonstrar aos líderes em Brasília que tem interesse real em envolver novas vozes na construção da governança global. Tais medidas suavizarão as difíceis conversas bilaterais que são inevitáveis entre democracias tão grandes, dinâmicas e ambiciosas. Reconhecendo que construir confiança leva tempo, os líderes em Washington devem dar passos deliberados para mostrar que são um parceiro valioso e viável.

CAPÍTULO 3: AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

3.1 Importância da Floresta Amazônica

Entre 7 e 9 de agosto de 2023, representantes do alto escalão de oito nações latino-americanas se reuniram ao lado de líderes mundiais da África, Sul da Ásia e Europa na cidade portuária de Belém do Pará, Brasil, para discutir o destino da Amazônia internacional, aproximadamente 60% da qual está dentro das fronteiras brasileiras. Juntando-se ao organizador da cúpula, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e líderes da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, estavam representantes da Guiana Francesa, República do Congo, República Democrática do Congo, Indonésia e Noruega—o maior doador mundial para o Fundo Amazônia.¹⁶ Embora reunir membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que possui quarenta e cinco anos, para sua primeira reunião em catorze anos tenha sido um feito significativo para Lula e sua administração, que ostentava uma redução de 42,5% nas taxas de desmatamento após seus primeiros sete meses no cargo,¹⁷ a sessão não conseguiu atingir objetivos-chave, incluindo, mais notavelmente, um cronograma comum para acabar com o desmatamento até 2030, e um acordo para encerrar a exploração ambientalmente destrutiva de combustíveis fósseis.¹⁸

A "Declaração de Belém" resultante da cúpula documentou um consenso geral em torno de 113 questões amplas e inter-relacionadas, incluindo a salvaguarda dos direitos humanos; fornecendo um mecanismo permanente para incluir perspectivas indígenas na supervisão e governança amazônica; aumentando a visibilidade, proteção e participação de mulheres e meninas em iniciativas de desenvolvimento sustentável; e intensificando a cooperação para vigilância internacional e policiamento para conter a extração ilegal de recursos e o tráfico. Porém, sem uma promessa clara de proteger a floresta restante, sem consenso para estabelecer barreiras à dependência econômica da região ao petróleo e sem um plano de reflorestamento, os países participantes e seus aliados internacionais continuarão limitados em seus esforços para garantir

¹⁶ O Fundo Amazônia foi criado em 2008, durante o primeiro governo Lula, que supervisionou uma redução de 70% no desmatamento ao longo de oito anos. Gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com apoio nacional e internacional, o fundo foi suspenso sob o regime de Bolsonaro e reinstaurado em 2022. Veja: <https://www.amazonfund.gov.br/en/home/>.

¹⁷ Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, "Desmatamento na Amazônia cai 42.5% nos primeiros sete meses." <https://www.gov.br/mma/pt-br/desmatamento-na-amazonia-cai-42-5-nos-sete-primeiros-meses-de-2023>. 3 August 2023.

¹⁸ For the full text, see: "Get to Know the Belém Declaration," *Global Forest News*. <https://globalforestcoalition.org/get-to-know-the-belem-declaration/>. 11 August 2023.

que a degradação amazônica não atinja o "ponto de inflexão" de 25%, quando grandes partes da floresta tropical se converterão irreversivelmente em savana tropical, com uma perda resultante de biodiversidade que os cientistas climáticos previram por décadas.¹⁹

Desconsiderando a grave natureza de prognósticos científicos amplamente aceitos e seu mandato ético para atingir um consenso em torno de objetivos compartilhados além de parâmetros de curto prazo de interesse nacional, os participantes da cúpula reiteraram a imposição da soberania do Estado entre seus primeiros objetivos, possibilitando assim que cada país evite restrições críticas em sua própria conduta na Amazônia em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento.²⁰ Por exemplo, enquanto afirmava que os países mais desenvolvidos do mundo (e, historicamente, os maiores poluidores globais) precisariam contribuir de forma muito mais substancial para as iniciativas de proteção amazônica,²¹ o presidente Lula reafirmou a intenção do Brasil de continuar a exploração de petróleo na região, que já se encontra fragilizada; o presidente boliviano, Luis Arce, desconsiderou as metas de desmatamento devido à crescente dependência de seu país em agroindústrias dependentes de terra e ambientalmente custosas, como carne bovina, soja e óleo de palma; e o regime venezuelano resistiu à meta de redução de desmatamento devido ao comércio predatório de mineração que se espalhou por suas regiões amazônicas desde o colapso da indústria do petróleo do país e sua subsequente crise econômica.²² Em cada caso, o impacto final de tais iniciativas será uma maior devastação ambiental na forma de perda de floresta, redução da recuperação de águas pluviais, perda de umidade, perda de carbono, perda de biodiversidade e aumento de temperaturas, regional e mundialmente.

Que circunstâncias locais na Amazônia têm consequências globais que variam desde o aumento do nível do mar até um aumento da população de refugiados climáticos é, em 2023, um fato reconhecido. No entanto, esses custos humanos e ambientais destrutivos têm se mostrado insuficientes para mitigar os imperativos políticos e econômicos da soberania dominante dos

¹⁹ Thomas Lovejoy and Carlos Nobre, *Amazon Tipping Point* Vol. 5, Issue 15, 20 December 2019.

<https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aba2949>

²⁰ "Get to Know the Belém Declaration," *Global Forest News*. <https://globalforestcoalition.org/get-to-know-the-belem-declaration/>. 11 August 2023.

²¹ Ministério das Relações Exteriores, "United for Our Forests: Joint Communiqué of Developing Forest Countries in Belém." 9 August 2023. <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/united-for-our-forests-joint-communicue-of-developing-forest-countries-in-belem>

²² Veja: "Soy, Beef, and Gold Gangsters: Why Bolivia and Venezuela Won't Protect the Amazon." *Climate Home News*, 24 August 2023. <https://climatechangenews.com/2023/08/24/bolivia-venezuela-deforestation-soy-beef-illegal-gold-mining/> and "Predatory Mining in Venezuela," *World Rainforest Bulletin* 254, 9 March 2021.

<https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/predatory-mining-in-venezuela-the-orinoco-mining-arc-enclave-economies-and-the-national-mining-plan>

países amazônicos, incluindo o Brasil, que lutam para equilibrar o bem-estar a curto prazo de setores marginalizados de sua população com objetivos de proteção ecológica a longo prazo. Essas lições ambientais, cada vez mais discerníveis e quantificáveis, também falharam em orientar as políticas amazônicas de países mais ricos e industrializados, como os Estados Unidos, que têm um grande interesse no jogo, mas poucas cartas para jogar. Paradoxalmente, sua situação de certa forma se assemelha a dos povos indígenas do Brasil, que têm tudo a perder, mas têm um poder demográfico mínimo para impactar a situação nacional, apesar da constatação bem documentada de que eles são os guardiões ambientalmente mais responsáveis das terras amazônicas.²³ De maneira crucialmente importante, a administração atual do presidente Lula fortaleceu o movimento indígena do Brasil, criando o novo Ministério dos Povos Indígenas, liderado pela ativista ambiental e de direitos humanos, Sonia Guajajara, e nomeando a advogada, ativista ambiental e ex-deputada Joenia Wapichana como a primeira líder indígena da FUNAI—significativamente renomeada em 2023 como "Fundação Nacional dos Povos Indígenas" em vez da antiga e paternalista "Fundação Nacional do Índio".

A confluência dessas novas nomeações e reconhecimentos é vital e oportuna, dado que mais de 95% dos territórios indígenas protegidos do Brasil estão na Amazônia, compreendendo mais de 25% da região e quase 14% do território nacional.²⁴ Mas, a menos que o Brasil e seus parceiros amazônicos consigam equilibrar seu desejo de expansão econômica com os objetivos inter-relacionados do bem-estar ambiental e justiça social, tais acordos, como a Cúpula Amazônica de agosto de 2023 e a Declaração de Belém, farão pouco para ir além da esfera do simbolismo.

Mais do que reuniões internacionais barulhentas e dignas de notícia e convenções inexecutáveis, que o ativista Yanomami, Davi Kopenawa, denominou ceticamente de "peles de papel",²⁵ a proteção significativa da Amazônia requer cooperação sustentada e a priorização silenciosa de novas estratégias para agricultura regenerativa e cíclica; o desenvolvimento de cultivos sustentáveis; aumento da eficiência energética e energia renovável; regulação e tributação aprimoradas de indústrias e práticas ambientalmente danosas; restrições à superexploração de recursos valiosos; e, talvez o mais crucial, o reflorestamento. Países como os Estados Unidos têm

²³ Kathryn Baragwanath and Ella Bayi, "Collective Property Rights Reduce Deforestation in the Brazilian Amazon," *PNAS*. 11 August 2020. <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1917874117>

²⁴ Ana Carolina Crisostomo et. al., *Indigenous Lands in the Brazilian Amazon: Carbon Stocks and Barriers to Deforestation*. Brasília: Amazon Environmental Research Institute, 2015.

²⁵ Davi Kopenawa and Bruce Albert, *The Falling Sky: Words of a Yanomami Shaman*. Translated by Nicholas Elliot and Alison Dundee. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

um papel fundamental não apenas investindo em tais iniciativas por meio de mecanismos existentes, como o Fundo Amazônia do Brasil, mas também verificando e corrigindo as consequências ambientalmente custosas de suas importações, começando pelas indústrias multi-bilionárias de soja e carne bovina.²⁶

3.2 Desafios Ambientais e Desmatamento

O primeiro ano do terceiro mandato de Lula da Silva foi marcado por um desafio enorme e significativo: restaurar a capacidade do Estado brasileiro de controlar o desmatamento na Floresta Amazônica. Ao contrário do que analistas de nações com estruturas estatais relativamente legítimas e autônomas possam imaginar, os mecanismos burocráticos para controlar o desmatamento nesta vasta e relativamente isolada região do Brasil estavam longe de estar bem estabelecidos. Desmatar a Amazônia é ilegal, e o Brasil, de fato, promulgou leis rigorosas limitando o desmatamento na região por mais de cinquenta anos. No entanto, como frequentemente observado no país, essas leis não foram aplicadas de forma consistente.

Desde a década de 1980, essa situação começou a mudar lentamente. Com o aumento do ambientalismo e diante da pressão internacional, o país gradual e cumulativamente estabeleceu as capacidades para implementar suas leis florestais e controlar o desmatamento. Um passo decisivo nessa direção foi a criação, em 2003, durante o primeiro mandato de Lula e sob a liderança de Marina Silva, do primeiro plano abrangente e estruturado de políticas públicas para controlar o desmatamento, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). A implementação desse plano foi decisiva para uma redução de 81,95% no desmatamento entre 2004 e 2014 (INPE, 2023).

No entanto, a efetiva implementação do plano entrou em conflito com outros desenvolvimentos e gerou reações políticas gradualmente. A oposição a ele começou a se fortalecer no final do segundo mandato de Lula (2007-2010) e foi liderada inicialmente por dois grupos políticos importantes e fortalecidos - os lobbies do agronegócio e da infraestrutura. Como resultado, no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-14), a Lei Nacional de Florestas foi modificada, flexibilizando as restrições ao desmatamento legal, e a construção de grandes represas e estradas na Amazônia avançou. Acompanhando o contexto político geral do país, esse recuo

²⁶ USDA, "Monthly U.S. beef import volumes from Brazil surge to record high in early 2022." 8 April 2022. <https://www.ers.usda.gov/data-products/chart-gallery/gallery/chart-detail/?chartId=103669>

atingiu seu ápice durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Nesse período, a oposição ao controle do desmatamento teve três especificidades importantes. Primeiro, opositores de dentro do Ministério do Meio Ambiente atacaram as capacidades estabelecidas do Estado. Segundo, o governo buscou legitimar e fortalecer a posição de setores marginalizados na economia informal e ilícita do desmatamento na região. Isso incluiu a exploração florestal ilegal de pequena escala, bem como a mineração de ouro, que foram retratadas como oprimidas pelo estado. Finalmente, no governo Bolsonaro, os militares recuperaram força na definição e implementação de políticas para a região, marginalizando os ambientalistas. Como resultado desse desmantelamento, entre 2014 e 2020, o desmatamento cresceu 116,5% (INPE, 2023).

A restauração do controle do desmatamento foi uma questão chave na campanha de Lula em 2022, possibilitando uma reconciliação bem-vinda com Marina Silva, que deixou o Partido dos Trabalhadores em 2009 devido a retrocessos ambientais. Como resultado, no primeiro dia do terceiro mandato de Lula, o governo emitiu um decreto retomando o PPCDAm e indicando sua expansão para outros biomas. Em abril, o novo plano, desenvolvido em colaboração com treze ministérios, passou por consulta pública. Posteriormente, em junho, o plano foi oficialmente lançado, com o objetivo de alcançar zero desmatamento até 2030. Do ponto de vista técnico, o plano é robusto, revivendo e aprimorando estratégias que se mostraram eficazes em esforços anteriores. Seu principal desafio é melhorar as iniciativas para promover a posse de terra em áreas privadas e permitir atividades sustentáveis, indo além da implementação de áreas protegidas e da monitoração e fiscalização da lei, que foram fundamentais para seu sucesso anterior.

Apesar de encontrar obstáculos técnicos, a principal barreira para o sucesso da nova fase do plano é político. Estados e governos modernos não são entidades homogêneas; são instituições um tanto contraditórias moldadas e governadas por diversos indivíduos. Um obstáculo político significativo que o plano enfrentará é sua relação com o Congresso, atualmente caracterizado por uma postura conservadora e controle claro pelos partidos do "Centrão", com influência substancial do agronegócio, que se encontra mais organizado do que nunca. A importância dessa relação ficou evidente no primeiro ano do mandato de Lula, levando a retrocessos significativos na agenda ambiental, como a transferência da gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Ministério do Meio Ambiente e a atribuição da responsabilidade pela demarcação de terras indígenas do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas.

Além disso, o terceiro mandato de Lula envolve uma ampla coalizão, simbolizada pela aliança com seu ex-adversário e atual vice-presidente, Geraldo Alckmin. As ameaças à democracia apresentadas por Bolsonaro impulsionaram a formação dessa coalizão. Sua natureza expansiva

fomenta potenciais conflitos entre seus componentes e tende a enfraquecer entidades governamentais menos influentes, como o Ministério do Meio Ambiente. A dinâmica de poder ainda não está completamente clara e continua sendo prematuro determinar quais outros segmentos do governo podem trabalhar contra os esforços de controle do desmatamento. Apesar das aparentes relações amigáveis entre o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e a Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, persiste uma preocupação constante em relação ao grupo do agronegócio organizado e influente atuando como um potencial adversário. Embora haja uma aparente preocupação com a sustentabilidade no lançamento do programa de infraestrutura do governo, o Novo PAC, tensões persistentes relacionadas à licença ambiental de projetos representam um risco significativo de conflito. Por fim, embora não haja indicações de que o governo pretenda retomar a construção de represas na região amazônica, surgiram desacordos públicos com o Ministério de Minas e Energia, especialmente em relação às perspectivas de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas.

Certamente, nenhum desses conflitos é inerentemente insuperável. Navegá-los com sucesso exigirá uma abordagem resoluta à política com "P" maiúsculo. Certas oportunidades podem favorecer esse empreendimento, uma delas sendo o alinhamento das preocupações ambientais com as estratégias delineadas por um dos ministérios mais influentes em qualquer governo - o Ministério da Fazenda. Fernando Haddad parece estar dedicado em formular um plano de transição ecológica que facilite a reindustrialização do país, obtendo apoio de ambientalistas. Além disso, avanços nas negociações internacionais sobre Mudança Climática, como demonstrado pelo estabelecimento do Acordo de Paris, estão prestes a beneficiar os esforços desafiadores de Marina Silva.

CAPÍTULO 4: IGUALDADE RACIAL E SUPERANDO O RACISMO

4.1 Contexto Histórico do Racismo no Brasil

Assim como em todo país com história de escravidão, a raça é central para a identidade nacional brasileira, moldando-a desde os primeiros dias. O Brasil, lar do sistema de escravidão mais longo e disseminado do mundo, lida com o racismo mesmo muitos anos após sua abolição oficial em 1888. Inicialmente uma colônia portuguesa do século XV ao início do século XIX, um grupo de conspiradores brancos buscou independência em 1789 na província de Minas Gerais. Inspirado na Revolução Americana, esse movimento planejava preservar a escravidão. Quase dez anos depois, outra tentativa de independência ocorreu na província da Bahia, conhecida como a Revolta dos Alfaiates, um movimento interracial que advogava pela abolição. Participantes do movimento anterior, como Tiradentes, são reverenciados até hoje; Tiradentes foi enforcado, e sua morte se tornou um feriado nacional quando o Brasil se tornou uma república. Em contrapartida, o movimento posterior é pouco mencionado, e apenas seus líderes negros foram enforcados.

Para a audiência global, o Brasil muitas vezes aparece como uma nação que defende a igualdade racial, especialmente quando contrastada com os Estados Unidos. Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil passou por sete revisões constitucionais, nem todas incluindo leis sobre relações raciais. No início do século XX, durante um período em que os Estados Unidos mantinham um rígido sistema de discriminação racial, a ausência de segregação legal no Brasil levou jornais americanos direcionados às comunidades negras a promoverem "oportunidades maravilhosas oferecidas no Brasil para pessoas de todas as raças" e destacar como o Brasil "oferece conhecimento em primeira mão sobre a resolução da questão racial". Isso serviu como evidência de que o Brasil havia, pelo menos em parte, convencido o mundo de sua alegada harmonia racial.

No entanto, após a proclamação da república em 1889, um ano após a abolição, uma iniciativa coordenada pelas elites trouxe milhões de imigrantes europeus, do Oriente Médio e japoneses para o Brasil. O objetivo era diluir o "sangue" africano da população e contrapor a alegação eugênica de que o Brasil enfrentaria desafios como nação devido à sua "inferioridade racial". Simultaneamente, as elites reconheciam que mesmo a chamada população branca brasileira era predominantemente de raça mista, impedindo o país de ser percebido como predominantemente branco aos olhos do mundo.

No início do século XX, o Brasil desenvolveu a ideologia da "democracia racial", afirmando que suas três principais raças - brancos, negros e indígenas - viviam em harmonia. Essa

ideologia foi tão bem promovida que, na década de 1950, as Nações Unidas patrocinaram pesquisas científicas sociais no país com o objetivo de replicar essa harmonia em todo o mundo. No entanto, a pesquisa revelou o que os brasileiros, especialmente os não brancos, sabiam o tempo todo: quanto mais longe da negritude alguém está, mais alto está na hierarquia racial. As interações sociais no Brasil se dão dentro de um quadro autoritário fundamentado em uma hierarquia racial e econômica marcada por graduação e fluidez de cor, com a sociedade valorizando a miscigenação mais conforme ela aproxima os indivíduos da branquitude. Embora o Brasil nunca tenha desenvolvido um sistema legal de segregação racial como o dos Estados Unidos, ele tem se baseado em práticas discriminatórias para afastar indivíduos de pele mais escura de lugares privilegiados. Assim, até hoje, brancos brasileiros ganham mais, são mais educados, têm melhor acesso à saúde e são muito menos propensos a serem assassinados pela polícia.

As raízes dessa discrepância remontam ao período pós-abolição, quando não foram feitas provisões para integrar os ex-escravizados em uma economia de mercado. Primeiro, a exclusão do recebimento de terras gratuitas para trabalhar na agricultura e, posteriormente, a exclusão ou discriminação na obtenção de empregos bem remunerados nas nascentes indústrias brasileiras, sem mencionar as altas taxas de analfabetismo, ofereceram poucas oportunidades de mobilidade ascendente. Essa realidade foi exposta por ativistas sociais desde o final do século XIX, incluindo os esforços da Frente Negra nos anos 1930, do Teatro Experimental Negro nos anos 1950 e do Movimento Negro Unificado desde os anos 1970. Somente na década de 1980, no entanto, o governo federal reconheceu que a democracia racial é um mito e começou a implementar políticas para combater a desigualdade racial. Após o fim da ditadura militar em 1985, que censurava qualquer alegação de racismo como subversiva, a nova Constituição de 1988 redefiniu a discriminação racial como crime e promoveu a preservação da diversidade étnica no Brasil. No início dos anos 2000, as universidades estabeleceram cotas para afrodescendentes e graduados de escolas públicas. Envoltas em controvérsia, as cotas tornaram-se lei federal em 2012. Em geral, embora os brasileiros hoje sejam muito mais propensos a reconhecer a existência de preconceito e discriminação, a maioria também está pronta para negar que eles ou qualquer pessoa que conhecem seja racista.

4.2 Situação Atual da Igualdade Racial

A desigualdade racial é generalizada e profundamente enraizada no Brasil. Em praticamente todos os indicadores de bem-estar objetivo, os descendentes africanos ficam para trás em relação aos brancos. Isso não mudou muito nos últimos anos. As estatísticas revelam que afro-

brasileiros têm menores índices de educação que brancos e possuem maior probabilidade de estarem desempregados. Além disso, aqueles com empregos recebem menos do que brancos e têm maior probabilidade de viver em extrema pobreza.

A educação é uma das muitas áreas em que a desigualdade racial é inegável. Em 2022, os afro-brasileiros relataram, em média, ter 9,4 anos de educação, enquanto os brancos relataram ter 10,9 anos. Essa diferença de 1,5 ano é semelhante ao que o IBGE encontrou em 2019. Naquele ano, a diferença em anos de escolaridade era de 1,6 anos. No entanto, essa modesta queda pode ser de curta duração. Durante a pandemia de COVID-19, a maioria das crianças que estavam fora da escola eram afro-brasileiras. Além disso, aqueles que permaneceram matriculados nem sempre puderam participar de atividades em casa por não terem acesso à internet. Como resultado, as disparidades raciais na educação podem ser maiores do que os números oficiais sugerem. Igualmente importante, estudos mostram que muitos dos alunos que saíram não retornaram. De acordo com uma pesquisa Datafolha, 10,8% dos alunos do ensino médio e 4,6% dos alunos do ensino fundamental supostamente abandonaram a escola.²⁷ Em ambos os grupos, os afro-brasileiros estão super representados.²⁸

As disparidades raciais no alcance educacional se manifestam de outras maneiras também. Em 2022, 7,4% dos afro-brasileiros com mais de 15 anos relataram serem analfabetos, em comparação com apenas 3,4% dos brancos.²⁹ Embora a lacuna tenha diminuído desde 2019, quando 8,2% dos afro-brasileiros e 3,3% dos brancos com mais de 15 anos relataram serem analfabetos, o fato de a taxa de analfabetismo entre os afro-brasileiros ser mais que o dobro da dos brancos é motivo de preocupação. Uma razão para ser otimista, no entanto, é que o acesso às universidades públicas, onde as populações estudantis historicamente eram predominantemente brancas, se encontra mais diversificado do que nunca. O sistema de cotas raciais do Brasil, introduzido em 2012, é a principal razão para isso. Uma política de cotas recentemente reformulada, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente Lula, promete expandir ainda mais o acesso de estudantes negros às universidades.

²⁷ “Cerca de 4 Milhões Abandonaram Estudos Na Pandemia, Diz Pesquisa.” *Notícias de Hoje Do Brasil e Do Mundo*, Folha de S.Paulo, 22 Jan. 2021, www1.folha.uol.com.br/amp/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw&__twitter_impression=true&s=09.

²⁸ “Abandono Escolar e a Pandemia No Brasil: Efeitos NAS Desigualdades Escolares.” FCC, 22 Nov. 2021, www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/abandono-escolar-e-a-pandemia-no-brasil-efeitos-nas-desigualdades-escolares/.

²⁹ *Tabela 7125: Taxa de Analfabetismo Das Pessoas de 15 Anos Ou Mais de Idade, Por Cor Ou Raça e Grupo de Idade*, sidra.ibge.gov.br/tabela/7125#resultado.

Aprimorar as oportunidades educacionais é crucial para tratar das disparidades raciais em emprego e renda. O desemprego representa um desafio significativo no Brasil, afetando indivíduos de todos os grupos raciais, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Embora a taxa de desemprego tenha diminuído desde então e a economia do Brasil pareça estar crescendo novamente, nem todos os grupos estão se beneficiando disso. De acordo com dados do IBGE, a taxa de desemprego em 2022 foi aproximadamente 4% maior para afro-brasileiros do que para brancos.³⁰ Expandir o acesso à educação também pode levar a mudanças no local de trabalho dos afro-brasileiros. Dos 39,1 milhões de indivíduos que trabalham sem contrato formal, cerca de 24 milhões são afro-brasileiros. Esses trabalhadores têm menos segurança no emprego, benefícios limitados e salários mais baixos. Em 2022, a renda média dos brasileiros pardos e pretos era um pouco mais de R\$2.000 (US\$400) por mês. Para os brancos, no entanto, era R\$3.400 (US\$680).³¹ Os dados de renda revelam que os afro-brasileiros recebem salários mais baixos, resultando em uma maior prevalência de pobreza em comparação com os brancos. No entanto, estatísticas abrangentes oferecem análises limitadas sobre as razões subjacentes. Pode-se supor que os afro-brasileiros ganham menos devido a um menor nível de educação, mas essa suposição não se sustenta. Em todos os níveis de educação, os afro-brasileiros consistentemente ganham menos que seus colegas brancos.³²

No entanto, a raça não está apenas vinculada a fatores socioeconômicos; no Brasil, ela influencia significativamente questões de vida e morte. Em 2022, os órgãos de aplicação da lei no Brasil foram responsáveis por 6.430 mortes, com um número desproporcional de mortos sendo pessoas negras de bairros marginalizados. Assim, em várias dimensões, há espaço amplo para melhorias no Brasil.

Um fator contribuinte para as disparidades raciais significativas no Brasil é a postura do Estado brasileiro. Durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro, o governo não apenas deixou de promover a igualdade racial, mas também reverteu proteções para afro-brasileiros e povos indígenas. Cortes orçamentários em órgãos destinados a auxiliar comunidades marginalizadas, juntamente com a nomeação de políticos contrários às suas missões, minaram as estruturas de apoio. As ações de Bolsonaro contra iniciativas de igualdade racial foram consistentes com suas

³⁰ genciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/db973ee2b450d2303b0d3e622c67645b.pdf . pg 24

³¹ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7441#resultado>

³² “Maioria Entre Trabalhadores, Pretos e Pardos São Menos de 30% Dos Chefes.” Valor Econômico, valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/14/maioria-entre-trabalhadores-pretos-e-pardos-sao-menos-de-30-dos-chefes.ghtml.

declarações anteriores, onde ele afirmou abertamente que "as minorias devem se curvar à maioria" durante sua campanha presidencial.³³

As eleições presidenciais de 2022 no Brasil marcaram um choque crucial entre duas visões para o país. Sob a liderança de Bolsonaro, uma administração aparentemente "cega para a cor" ignoraria as disparidades raciais e o papel desempenhado pelo Estado brasileiro em sua criação e perpetuação. Em contraste, a eleição de Lula trouxe de volta um líder que reconhece as distintas oportunidades oferecidas a membros de diferentes grupos raciais no Brasil e advoga veementemente por políticas raciais, como as ações afirmativas. A eleição de Lula gerou otimismo de que o governo brasileiro não negaria mais a existência do racismo e trabalharia novamente em prol da igualdade racial ativamente. Em sua posse, ele foi cercado por um grupo diverso de indivíduos, incluindo uma criança e mulher negra, simbolizando a inclusividade. No entanto, a importância desse simbolismo deve ser reforçada por ações concretas.

4.3 Enfrentando o Racismo Estrutural e a Discriminação

O racismo estrutural é um tipo de discriminação que permeia todos os sistemas, leis, regulamentos escritos, políticas e atitudes, resultando em tratamento injusto, barreiras e exclusão generalizados das pessoas historicamente oprimidas por sua cor. O racismo está incorporado no tecido da sociedade brasileira. Está tão profundamente enraizado que a maioria das pessoas normalizou sua existência. Exemplos contemporâneos de racismo estrutural no Brasil incluem segregação residencial, barreiras ao ensino superior, posse de moradia, acumulação de riqueza, injustiça ambiental, violência física, assassinatos, policiamento, sentenças criminais desproporcionalmente severas para homens negros e políticas de supressão de votos, entre muitas outras práticas.

Um passo importante para dismantelar o racismo estrutural é primeiro reconhecer sua existência. O presidente Lula tem sido vocal sobre a discriminação racial e continua a reconhecer e denunciar publicamente a perigosa existência do racismo no Brasil. Isso contrasta fortemente com seu antecessor, Bolsonaro, que, como mencionado, negou publicamente o racismo e reverteu anos de políticas de direitos humanos, promovendo discriminação e ataques contra comunidades marginalizadas no Brasil.

³³ Calgaro, Bruna Borges e Fernanda. "A Única Coisa Boa Do Maranhão É o Presídio de Pedrinhas, Diz Bolsonaro." Notícias, 11 Feb. 2014, noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/02/11/minha-proposta-e-defender-direitos-da-maioria-e-nao-da-minoria-diz-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola.+WorldCat.

O presidente Lula nomeou um número recorde de ministros de grupos marginalizados para trabalhar na criação de sistemas, leis e políticas para combater a discriminação. Crucialmente, a criação do novo Ministério dos Povos Indígenas, liderado por Sonia Guajajara, uma mulher indígena, e o novo Ministério da Igualdade Racial, liderado por Anielle Franco, uma mulher negra, foram os primeiros passos tomados nesta nova administração para enfrentar o racismo estrutural e a discriminação no Brasil. Em seu discurso inaugural, a ministra Anielle Franco destacou que o novo ministério para a Igualdade Racial era "um avanço para combater o racismo institucionalizado no Brasil e que traria o tema do racismo para o debate público e institucional de uma maneira que ainda não havia sido experimentada na política brasileira".

Durante a cerimônia, Lula sancionou uma nova lei sobre crime racial que equipara o crime de insulto racial ou abuso verbal ao de racismo — um crime sem fiança e prescrição, punido com dois a cinco anos de prisão. Esta é uma maneira eficaz e direta de combater o racismo no Brasil. A sanção desta lei mostra como o atual governo brasileiro considera o racismo um crime hediondo que não deve conceder aos seus perpetradores os benefícios de fiança ou redução de pena. Promulgar mais leis criminais para reprimir o racismo é importante, especialmente em um país onde o racismo estrutural se manifesta descaradamente como abuso físico e violência contra pessoas negras, pardas e indígenas.

É importante destacar que foi durante o primeiro mandato de Lula como presidente que o Brasil implementou a Lei 10.639. Esta legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas primárias e secundárias de todo o país. A lei foi uma conquista importante do movimento negro e uma resposta às demandas de reconhecimento e apreciação da história e cultura negras no Brasil. Lula também criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), responsável por coordenar políticas para promover a igualdade racial e implementar ações afirmativas em várias áreas, como educação, saúde, trabalho e cultura.

Em uma cerimônia no Palácio do Planalto, no dia 21 de março de 2023, para celebrar 20 anos desde a assinatura da Lei 10.639, Lula reconheceu essas conquistas passadas e assinou uma série de novos decretos para expandir os direitos raciais no Brasil. Isso incluiu, entre muitas coisas, uma política de ação afirmativa alocando 30% dos cargos em comissões federais para pessoas negras e indígenas e dando o título oficial de propriedade da terra a comunidades quilombolas. Durante o evento, Lula acrescentou que combater o racismo não é apenas uma tarefa do Ministério da Igualdade Racial, mas de todo o gabinete, governo e sociedade brasileira. "Este é um governo aberto ao diálogo com a sociedade civil, o movimento negro e o movimento de direitos humanos.

Reconstruir este país e criar políticas públicas cada vez mais inclusivas é uma tarefa obrigatória e coletiva", afirmou ele.

As palavras e ações do presidente Lula indicam que ele compreende que o Brasil precisa estabelecer um governo antirracista para superar o racismo estrutural e a discriminação. O governo deve continuar a buscar ativamente combater a discriminação e promulgar políticas que conduzirão a uma sociedade mais igualitária e justa.

4.4 Propostas de Políticas para Promover a Igualdade Racial

O ano de 2023 começou no Brasil com expectativas positivas em relação à proposição de políticas que promovam a igualdade racial. Após quatro anos de obscurantismo e até mesmo negação dessa agenda pelo governo federal anterior, o mandato do Presidente Lula começa com a recriação de um ministério focado no tema, o Ministério da Igualdade Racial, além da criação do Ministério dos Povos Indígenas e da nomeação de um jurista antirracista para o Ministério dos Direitos Humanos.

Dentro do Ministério da Igualdade Racial, mais diretamente associado a essa agenda, a reconstrução do sistema de promoção da igualdade racial ganhou força por meio de parcerias com outros órgãos do governo e da expansão de políticas de ação afirmativa tanto na educação quanto no mercado de trabalho. O decreto assinado em março de 2023, estabelecendo metas para a ocupação de cargos na administração pública federal por profissionais negros, é um marco significativo nessas políticas. Da mesma forma, o Ministério da Igualdade Racial desempenhou um papel importante ao advogar pela aprovação da nova lei de cotas no Congresso Nacional. Em seu primeiro ano de governo, o Ministério da Igualdade Racial também trabalhou para retomar e expandir ações em outras áreas vitais, como políticas para comunidades quilombolas e a promoção da saúde da população negra.

Em 2023, o Brasil lidou com uma multiplicidade de agendas urgentes e substanciais, tornando difícil estabelecer uma clara hierarquia de importância entre as áreas que demandam atenção. Enquanto os aspectos brevemente mencionados ganham foco crescente, a agenda de propostas políticas destinadas a promover a igualdade racial abrange uma notável variedade de questões que ainda aguardam atenção mais direta.

A política de segurança pública tem um componente significativo de racismo institucional que vitimiza diariamente dezenas de homens negros, especialmente jovens, nos principais centros urbanos brasileiros (e cada vez mais não se limita apenas a grandes áreas urbanas). As respostas à situação dramática da segurança pública no país variam entre ações autoritárias e repressivas por governos de direita e medidas mal planejadas e insuficientes por governos progressistas. Embora constitucionalmente a gestão da segurança pública seja responsabilidade dos estados, o governo federal, por meio do Ministério da Justiça e do Ministério dos Direitos Humanos, tem o dever e a responsabilidade de coordenar e apoiar as ações estaduais, incluindo financiamento, investigações independentes, proteção de fronteiras, entre outras medidas. O governo federal pode e deve atuar para reorganizar as ações de segurança para reduzir a força letal, execuções e a macabra repetição do profiling racial das vítimas nesses conflitos armados. Esta é uma agenda que precisa ser desenvolvida e implementada urgentemente.

É crucial implementar medidas para combater o racismo e a intolerância religiosa, abrangendo desde medidas legais até iniciativas culturais e educacionais. A natureza laica do Estado ainda precisa ser defendida e afirmada.

Esta agenda é ambiciosa e numerosos desafios se apresentam. Advogar pela defesa do Estado de Direito e dos direitos individuais e coletivos é uma empreitada complexa em um país marcado por intolerância, discriminação e desigualdades históricas muitas vezes endossadas por setores significativos da sociedade. As louváveis iniciativas atualmente em andamento pelo governo federal devem ser reconhecidas e é crucial monitorar de perto o debate público e as diversas perspectivas de atores interessados quanto à implementação de políticas efetivas de igualdade racial no país.

CAPÍTULO 5: GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

5.1 Direitos e Desafios LGBTQIA+

A eleição do novo governo no Brasil reacendeu a esperança dentro da comunidade LGBTQIA+ de ver seus direitos reconhecidos e o retorno de políticas públicas de inclusão, cidadania e combate à violência.

O estabelecimento da Secretaria Nacional de Direitos LGBTQIA+ dentro do Ministério dos Direitos Humanos marcou um passo inicial em direção a esse objetivo. Ao longo do primeiro ano da administração, algumas ações governamentais visíveis foram implementadas, embora ainda exijam tempo para manifestar efeitos tangíveis para a população. Isso inclui a recriação do Conselho Nacional de Direitos LGBTQIA+, um instrumento projetado para incentivar o diálogo entre o governo e a sociedade civil; o desenvolvimento do Programa de Emprego, Educação e Renda em parceria com a Organização Internacional do Trabalho; a inclusão de indivíduos LGBTQIA+ no programa Memória e Verdade como forma de reparação para aqueles afetados pela ditadura militar brasileira; o estabelecimento da Comissão Nacional Intergestores, visando organizar ações de políticas públicas em todo o país, especialmente com diretrizes para abordar a violência; a mudança na Carteira de Identidade, eliminando o campo "gênero" e acabando com a distinção entre "nome" e "nome social", garantindo a inclusão de travestis e pessoas transgênero; e a convocação da Primeira Conferência Nacional de Cultura LGBTQIA+ em dezembro de 2023, formulando diretrizes específicas para o Plano Nacional de Cultura.

Internacionalmente, o governo brasileiro também alterou significativamente suas posições, retomando um caminho traçado em décadas passadas. Ao assumir o cargo, o governo federal revisou as decisões equivocadas da administração anterior em relação ao processo de revisão periódica universal (RPU) do Brasil, especialmente aquelas que excluíram os compromissos do país com temas de direitos LGBTQIA+. Em 28 de junho, o Brasil aderiu à aliança que defende a comunidade LGBTQIA+ no Conselho de Direitos Humanos da ONU, alinhando-se a outros 34 países. Destaca-se a declaração do Presidente Lula na recente Assembleia Geral da ONU, afirmando que "seremos rigorosos na defesa dos direitos LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência". Nunca antes um presidente brasileiro mencionou e defendeu positivamente a comunidade LGBTQIA+ na Assembleia Geral da ONU.

No âmbito legislativo, persiste uma luta contínua com conservadores tentando revogar direitos estabelecidos, incluindo as uniões homoafetivas (sancionadas pelo Supremo Tribunal

Federal em 2011). Apesar de serem inconstitucionais, projetos nessa direção avançaram no Congresso. Notavelmente, o ano de 2022 testemunhou a eleição das duas primeiras deputadas federais transgênero do Brasil, Erika Hilton (São Paulo) e Duda Salabert (Minas Gerais), ambas classificadas entre os 25 melhores congressistas. No Senado, Fabiano Contarato (Espírito Santo), um senador abertamente gay, vem ganhando destaque e foi homenageado como o melhor senador do país em 2023. É essencial destacar que esses políticos enfrentam constantes ameaças às suas vidas, exigindo segurança 24 horas para desempenhar suas funções.

O Judiciário é onde as maiores vitórias foram alcançadas nos últimos tempos. Em 2023, destaca-se o julgamento que equiparou a LGBTIfobia à difamação racial, proposto pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais). A partir deste ano, ofensas direcionadas a indivíduos LGBTQIA+ podem receber penas mais severas, uma mudança destinada a combater a violência contra a comunidade e garantir que os crimes não fiquem impunes. Em contraste, o caso que trata do uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero de pessoas trans está suspenso desde 2015, e não se sabe quando será retomado pelos tribunais.

Embora a esperança tenha sido reacendida na comunidade LGBTQIA+, ainda há desafios substanciais a serem superados. Muitas conquistas do início dos mandatos do Presidente Lula (2003-2011), que foram erodidas, especialmente após 2013, ainda precisam ser restabelecidas. No âmbito da educação, vital para a construção de uma sociedade livre de violência, o progresso tangível foi mínimo. Iniciativas essenciais, como um programa de educação em direitos humanos, discussões formativas para educadores brasileiros e a política de livros didáticos livres de conteúdo racista, sexista e LGBTQIA+fóbico, não foram revividas, sem indicações de que o governo as colocará em prática. Além disso, no campo da justiça e segurança pública, faltam avanços tangíveis. Em 2023, o Brasil superou o número de assassinatos de travestis e pessoas trans do ano anterior, mantendo a lamentável marca de ser o país com a maior taxa de violência contra essa população globalmente.

O Brasil retomou o caminho do respeito e do diálogo, exigindo ações rápidas para evitar mais atrasos na garantia da plena dignidade para todos. Este compromisso é essencial para promover uma sociedade inclusiva e equitativa que defenda os direitos e o bem-estar de cada indivíduo.

5.2 Igualdade de Gênero e Violência

Na primeira década do século XXI, o governo de Lula da Silva liderou mudanças institucionais significativas para proteger os direitos das mulheres e os direitos humanos em geral.³⁴ Lula estabeleceu três órgãos dedicados aos direitos das mulheres, igualdade racial e direitos humanos, respectivamente: a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM); a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

A SPM representou um avanço em comparação com a secretaria nacional de direitos das mulheres durante a administração anterior de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A SPM iniciou planos e programas nacionais inéditos para combater a violência contra as mulheres. O governo introduziu um novo serviço de linha direta para conscientização sobre esse problema: Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher). Em 2006, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi promulgada para abordar a "violência doméstica e familiar contra a mulher". Esta legislação definiu a violência doméstica como violência de gênero e a enquadrou como uma violação dos direitos humanos. A lei marcou uma vitória histórica para os movimentos feminista e de mulheres no Brasil, resultante da mobilização jurídica feminista em colaboração com a SPM.

Durante a elaboração desta legislação inovadora, a primeira do tipo no Brasil, a SPM organizou uma série de reuniões públicas e consultou diversos setores dos movimentos de mulheres. Em 2007, a SPM lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. As políticas nacionais sobre os direitos das mulheres levaram à expansão dos serviços de combate à violência contra as mulheres em todo o país.

Apesar das mudanças institucionais e legais progressivas, o panorama da violência doméstica contra as mulheres no Brasil não passou por uma transformação fundamental. O Judiciário não implementou totalmente a Lei Maria da Penha. À medida que a questão se politizava e ganhava visibilidade, os movimentos feministas e de mulheres persistiram em exercer pressão sobre o Judiciário e outros poderes do estado, tanto em nível federal quanto local, para combater e eliminar a violência contra as mulheres. Durante o governo de Dilma Rousseff, foram mantidas políticas semelhantes às do governo Lula anterior. No entanto, a crise econômica em 2013

³⁴ Esta seção baseia-se no artigo de Cecilia MacDowell Santos e Luanna Tomaz de Souza, "Del avance a la reacción conservadora: la política nacional sobre derechos das mujeres e seu impacto na movilización legal a nivel local bajo los gobiernos de Lula/Dilma y Bolsonaro", a ser publicado na Revista Estudios da Universidade de Córdoba, Argentina.

impactou e diminuiu o financiamento para planos e programas nacionais destinados ao combate à violência contra as mulheres.

Por meio da mobilização feminista, o Congresso estabeleceu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher no Brasil em 2011. O relatório final da CPMI, publicado em 2013, recomendou, entre outras medidas, a criação de uma nova lei abordando o feminicídio.³⁵ A "Lei do Feminicídio", oficialmente conhecida como Lei nº 13.104/2015, foi promulgada em 2015. Ela aumentou a pena de prisão para homicídios cometidos contra mulheres por causa de seu gênero. Ao contrário da Lei Maria da Penha, esta legislação não utilizou o termo "gênero", mas sim "sexo feminino". Além disso, a Lei do Feminicídio não foi formulada em consulta aos movimentos feministas e de mulheres.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, a primeira mulher presidente do Brasil, desencadeou uma reação contra os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres. O impeachment em si teve uma dimensão de gênero, já que Rousseff, uma mulher divorciada e ex-prisioneira política que sofreu tortura durante a ditadura militar, apoiava os direitos das mulheres e nomeou várias mulheres para liderar ministérios em sua administração. Aqueles no Congresso que votaram a favor do impeachment citaram valores familiares e religiosos em seus discursos, com Jair Bolsonaro inclusive homenageando o oficial militar que havia torturado Rousseff.

O governo de Michel Temer (agosto de 2016 a 2018) subseqüentemente desmantelou e rebaixou a antiga Secretaria de Políticas para Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos. Embora Rousseff tenha fundido essas três secretarias em 2015, a nova entidade ainda tinha status ministerial e promovia políticas progressistas sobre direitos das mulheres, igualdade racial e direitos LGBTQI+.

Após a administração de Temer, o governo de Bolsonaro foi marcado por um discurso contrário à igualdade de gênero e centrado na família, promovendo a família nuclear, cisheterossexista, de classe média como a norma. Ao contrário de administrações anteriores, o governo de Bolsonaro teve uma relação antagônica com ativistas feministas e estabeleceu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, defendendo uma agenda conservadora centrada em valores familiares tradicionais. A chamada "ideologia de gênero" estava sob ataque,

³⁵ Para maiores detalhes sobre este relatório, veja: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496481>

e a ministra Damares Alves declarou uma mudança para uma nova era onde "meninos usam azul e meninas usam rosa".³⁶

Sob Bolsonaro, programas e políticas públicas existentes para os direitos das mulheres foram desmantelados, com cortes no orçamento afetando serviços essenciais para combater a violência contra as mulheres, incluindo a linha direta Disque 180.³⁷ O Tribunal de Contas da União (TCU, 2020) investigou políticas públicas relacionadas à igualdade de gênero e identificou uma redução de 80% no orçamento de 2015 a 2020. Em 2021, a linha direta Disque 100 para denúncias de abusos aos direitos humanos passou por mudanças, com o novo Manual de Taxonomia de Direitos Humanos, criado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, redefinindo violações de direitos humanos e apagando termos como sexismo, lesbofobia, transfobia, racismo e diversidade de identidade de gênero. O manual chegou até mesmo a redefinir a "ideologia de gênero" como uma violação dos direitos humanos.³⁸

A pandemia de COVID-19, aliada à falta de políticas nacionais para abordar efetivamente a questão, exacerbou a violência contra as mulheres no Brasil. Em 2021, mais de 820.000 mulheres relataram ser vítimas de violência, marcando um aumento de 203% em comparação com o ano anterior (ISD, 2022).³⁹ O Atlas da Violência de 2021 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelou uma redução de 18,4% na taxa de homicídios de mulheres entre 2009 e 2019. No entanto, o assassinato de mulheres aumentou em 14 dos 27 estados, sendo a raça um fator significativo: "Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios para mulheres não negras era de 2,5, a taxa para mulheres negras era de 4,1" (IPEA, 2021: 38). A violência contra pessoas LGBTQI+ também aumentou, apesar da criminalização da transfobia e homofobia, conforme determinado pela decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019. Apesar dessa mudança legal, o Brasil continuou sendo classificado como o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans globalmente.

³⁶ *O Globo* (2019). "Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'." Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>.

³⁷ *Poder 360*. "Recursos para combate à violência contra a mulher caem 79% desde 2014." Available at: <https://www.poder360.com.br/governo/recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher-caem-79-desde-201/>

³⁸ *O Globo*. "Disque 100: manual criado por ministério de Damares prevê denúncias 'por ideologia de gênero'." Available at: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/disque-100-manual-criado-por-ministerio-de-damares-preve-denuncias-por-ideologia-de-genero-25305729>.

³⁹ ISD – Instituto Santos Dumont (2022). *Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos*. Available at: <http://www.institutosantosdumont.org.br/2022/03/09/violacoes-de-direitos-das-mulheres-crescem-205-no-rio-grande-do-norte/>

A nova administração de Lula estabeleceu quatro ministérios dedicados aos direitos das mulheres, igualdade racial, direitos indígenas e direitos humanos, respectivamente. O Ministério da Mulher, liderado pela ativista feminista Cida Gonçalves, tem promovido ativamente campanhas para combater a violência contra as mulheres e a misoginia. "Precisamos ouvir e garantir a participação contínua dos movimentos sociais no governo", declarou a ministra na reunião do Mercosul realizada em 7 de dezembro de 2023.⁴⁰ Anielle Franco, irmã de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em março de 2018, está à frente do Ministério da Igualdade Racial. O Ministério dos Povos Indígenas é liderado pela líder indígena Sonia Guajajara. Silvio Almeida, professor negro de direito, supervisiona o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Esses ministérios estão envolvidos ativamente em campanhas para combater o racismo e promover os direitos de afro-brasileiros e povos indígenas.

É crucial observar que as estruturas judiciárias e parlamentares no Brasil tendem ao conservadorismo. A influência da extrema direita está crescendo no Congresso, onde o partido político de Bolsonaro, o Partido Liberal (PL), e seus aliados eleitos obtiveram o controle majoritário tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado nas eleições de 2022. A administração de Lula enfrenta significativas limitações políticas e econômicas, apresentando-se assim uma realidade desafiadora para suas aspirações de promover transformações fundamentais no sistema político e na sociedade brasileira.

⁴⁰ Para maiores detalhes, veja: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/dezembro/201cprecisamos-ouvir-e-ter-a-participacao-dos-movimentos-permanentemente-no-governo201d-diz-ministra-cida-goncalves-no-mercosul-social>

CAPÍTULO 6: DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E AGENDA 2030

6.1 Paisagem Sócio-econômica do Brasil

Indicadores de Emprego e Direitos Trabalhistas sob a Nova Administração de Lula

Os trabalhadores foram um segmento da população brasileira particularmente afetado pela liberalização econômica e pelas medidas de austeridade implementadas pelos governos anteriores de Temer e Bolsonaro. A emenda constitucional de 2016, que limitou os gastos sociais, prejudicou o financiamento da educação, saneamento e saúde, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas que dependem de subsídios públicos para a maioria ou todos esses serviços. A Reforma Trabalhista de 2017 reduziu o acesso dos trabalhadores ao sistema de justiça do trabalho, expandiu a terceirização, limitou a negociação coletiva e reduziu drasticamente a capacidade financeira e institucional dos sindicatos de defender os direitos dos trabalhadores. Além desses retrocessos, os trabalhadores brasileiros também tiveram que lidar com aumentos dramáticos na inflação, impactando seus orçamentos domésticos, com o real brasileiro perdendo 31% de seu poder de compra de março de 2017 a março de 2022,⁴¹ e com o crescimento da informalidade e precariedade do trabalho, com um número recorde de mais de 39 milhões de trabalhadores (39,7% da população economicamente ativa) empregados informalmente sem acesso a direitos trabalhistas básicos ou seguridade social até agosto de 2022.⁴² Da mesma forma, quase 35 milhões de trabalhadores brasileiros que recebem salário mínimo foram negados aumentos para cobrir o custo de vida pelas duas administrações anteriores, exceto em 2019,⁴³ impactando negativamente o consumo doméstico, levando a um aumento da desigualdade econômica e insegurança alimentar.

Diante desse panorama sombrio, a administração de Lula prometeu medidas para promover a "reconstrução sindical" que beneficiará a classe trabalhadora brasileira, desfazendo algumas das políticas mais anti-trabalhadores implementadas por Temer e Bolsonaro. Uma das primeiras medidas de seu novo governo foi impor um aumento real no salário mínimo. Essa política foi então codificada e expandida por meio de uma lei aprovada em agosto de 2023 que garante aumentos anuais no salário mínimo federal para os anos futuros e reduz os níveis de imposto de renda para

⁴¹ Veja: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/em-5-anos-real-perdeu-quase-30percent-de-seu-poder-de-compra.ghtml>

⁴² Veja: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2022/09/30/brasil-tem-recorde-de-39307-milhoes-de-informais-no-trimestre-ate-agosto.htm>

⁴³ Veja: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2023/boletimconjuntura37.html>

trabalhadores com baixos salários.⁴⁴ Da mesma forma, o governo de Lula se comprometeu a reduzir as desigualdades de gênero ao aprovar uma lei para promover salários iguais para trabalho igual em julho,⁴⁵ além de construir uma Política Nacional de Cuidados, visando reduzir, reconhecer e redistribuir o ônus do trabalho não remunerado de cuidado que recai desproporcionalmente sobre as mulheres e meninas brasileiras.

Lamentavelmente, a administração de Lula tem enfrentado desafios significativos para avançar em várias outras frentes de políticas relacionadas ao trabalho, além das mencionadas anteriormente. O Ministério do Trabalho convocou uma comissão tripartite em abril para revisar algumas das medidas mais anti-sindicais incluídas na Reforma Trabalhista de 2017 e discutir a expansão dos direitos de negociação coletiva. No entanto, esse grupo ainda não foi capaz de construir uma posição de consenso sobre questões relacionadas à representatividade sindical, financiamento sindical e hierarquia legal de normas trabalhistas negociadas versus legisladas, apesar de o Ministério do Trabalho tê-lo encarregado de produzir uma proposta de política até 20 de novembro de 2023.⁴⁶ De maneira semelhante, o Ministério do Trabalho reuniu uma comissão multipartidária em junho de 2023 para formular novas diretrizes normativas para o trabalho em plataformas digitais, que atualmente são isentas de muitas das proteções consagradas na legislação trabalhista brasileira. No entanto, os diferentes atores que participam da comissão não conseguiram conciliar suas visões divergentes em relação a salários por hora, contribuições previdenciárias, padrões de saúde e segurança e se os trabalhadores em plataformas digitais devem ser considerados empregados diretos das empresas que operam as plataformas digitais que oferecem serviços de transporte e entrega.⁴⁷ Além das dificuldades decorrentes desses processos de diálogo social em si, qualquer proposta de política pró-trabalhador gerada por essas comissões provavelmente enfrentará graus variados de oposição dos blocos políticos de direita e centro-direita que detêm a maioria no Congresso brasileiro. Mais uma vez, a administração de Lula precisará conduzir uma negociação política complexa que possa reconciliar interesses fragmentados e navegar por instituições complexas para promover e proteger os direitos trabalhistas da sofrida classe trabalhadora do Brasil.

⁴⁴ Veja: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/presidente-sanciona-politica-de-valorizacao-do-salario-minimo-e-nova-faixa-do-ir>

⁴⁵ Veja: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/07/04/entenda-o-que-muda-com-a-nova-lei-da-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens.ghtml>

⁴⁶ Veja: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/outubro/gt-discute-mudancas-no-sistema-sindical-e-valorizacao-da-negociacao-coletiva>

⁴⁷ Veja: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/24/governo-busca-contornar-impasses-entre-trabalhadores-e-empresas-na-regulacao-de-trabalho-por-aplicativo-veja-o-que-pode-mudar.ghtml>

Revitalizando a Saúde: Desafios e Prioridades na Nova Administração de Lula

A saúde pública, uma das áreas mais afetadas durante o governo Bolsonaro, representa um desafio significativo para este terceiro mandato do governo Lula. A expectativa de vida dos brasileiros aumentou em 2022, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 29 de novembro de 2023, chegando a 75,5 anos em média nacional, após dois anos de declínio atribuído a mortes causadas pela pandemia de COVID-19.⁴⁸

O governo Bolsonaro contribuiu significativamente para a gravidade dos impactos da pandemia. Desde minimizar os riscos da COVID-19 comparando-a a uma "gripe leve" até apoiar tratamentos não verificados e ignorar as recomendações da comunidade científica e da Organização Mundial da Saúde, a resistência de Bolsonaro às medidas de distanciamento social relacionadas à pandemia e a recusa da oferta da Pfizer de 70 milhões de doses de vacina em 2021 foram aspectos fundamentais dessa situação. Além disso, a promoção de Bolsonaro do negacionismo científico e desinformação sobre as vacinas contribuiu para a diminuição da cobertura vacinal no Brasil, aumentando a ameaça de ressurgimento de doenças como a poliomielite.⁴⁹ Para reverter esse cenário alarmante, em fevereiro de 2023, o governo Lula lançou o Movimento Nacional de Vacinação, com o objetivo de restaurar a confiança da população brasileira nas vacinas e na cultura de vacinação do país.⁵⁰

O governo Bolsonaro também criou e agravou desafios logísticos cruciais enfrentados pela administração atual. O apagão de dados promovido na administração anterior envolveu dados segmentados, especialmente em relação ao número de brasileiros vacinados, bem como detalhes críticos sobre estoques de medicamentos e vacinas, incluindo datas de validade. Essas informações vitais desapareceram ou não foram registradas no sistema. Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), compartilhados com a equipe de transição de governo, destacaram esse apagão como um dos principais obstáculos enfrentados no início do governo Lula. Seu impacto sem precedentes repercutiu significativamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

No cruzamento entre políticas de saúde e sociais, uma iniciativa importante de Lula foi a retomada do programa Bolsa Família,⁵¹ que foi desmontado por Bolsonaro. Isso significou a

⁴⁸ Veja: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>

⁴⁹ Veja: <https://jornal.usp.br/radio-usp/poliomielite-tem-risco-muito-alto-de-retornar-ao-brasil-segundo-a-opas/>

⁵⁰ Veja: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2023/multivacinacao>

⁵¹ Veja: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

interrupção do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), responsável por apoiar as famílias mais pobres por meio do Cadastro Único e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Ao reinstaurar o Bolsa Família, os pais cadastrados recebem orientação não apenas para manter seus filhos na escola, mas também para garantir que sejam vacinados e mantenham uma rotina regular de consultas médicas. Lula também restabeleceu outros programas importantes que foram encerrados por Bolsonaro, como o Farmácia Popular,⁵² Brasil Sorridente⁵³ e Mais Médicos⁵⁴ - este último responsável por reduzir a mortalidade infantil em 20%.

Durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde em julho de 2023, o presidente Lula enfatizou que nenhum outro país no mundo, com mais de 100 milhões de habitantes, possui um sistema de saúde pública que corresponda à qualidade do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. Enfrentar questões de desigualdade, combater a mortalidade infantil, tratar da insegurança alimentar, erradicar doenças e melhorar a expectativa de vida em uma nação onde cerca de 70% da população, aproximadamente 150 milhões de pessoas, depende exclusivamente do SUS requer investimentos substanciais e uma reavaliação abrangente das políticas públicas. Priorizar a saúde como um pilar fundamental do desenvolvimento social é imperativo para enfrentar esse desafio.

Reconstruindo a Educação: Mandato de Lula em Meio a Desafios Pós-Bolsonaro

O governo Bolsonaro adotou uma postura anti-ciência, reduzindo deliberadamente os recursos alocados para a educação e desmantelando vários programas e ações essenciais implementados pelo Ministério da Educação. Bolsonaro não conseguiu atingir vários objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014),⁵⁵ aprovado em 2014 e considerado uma lei emblemática para a sociedade civil e movimentos sociais na área de educação. O PNE destaca a importância do planejamento educacional, orientando investimentos, gestão e promovendo a participação social. Além disso, a falta de ajustes nos programas de merenda escolar agravou as já crescentes taxas de evasão escolar, atribuídas em parte ao impacto da pandemia.

⁵² Veja: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/daf/farmacia-popular>

⁵³ Veja: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/brasil-sorridente>

⁵⁴ Veja: <http://maismedicos.gov.br/>

⁵⁵ Veja: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

Ao longo de 2022, Bolsonaro reforçou sua posição de reduzir os orçamentos das universidades públicas, agravando uma crise que persistiu durante seu mandato.⁵⁶ Juntamente com cortes financeiros severos, Bolsonaro mirou diretamente na independência das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, nomeando reitores sem consenso da comunidade acadêmica. A administração consistentemente atrasou a concessão de bolsas, impactando grupos de jovens marginalizados, incluindo os de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas e outras comunidades. Além disso, sua oposição persistente às políticas de ação afirmativa e ameaças repetidas à liberdade acadêmica e ao avanço científico agravaram ainda mais a situação. Um estudo do Centro de Análise da Liberdade e Autoritarismo (LAUT) revelou estatísticas alarmantes: 35,5% dos professores admitiram restringir suas pesquisas, enquanto 42,5% censuravam conteúdo devido ao medo de retaliação. Ao mesmo tempo, 58,4% relataram interferências nas atividades acadêmicas de seus colegas e alunos.⁵⁷

A administração de Lula enfrenta inúmeros desafios no campo da educação, abrangendo a necessidade de equilibrar e priorizar tanto a educação básica quanto o aprimoramento do ensino superior. Um apelo compartilhado de sindicatos de estudantes e professores, juntamente com conselhos e órgãos representativos locais de educação, é a restauração de órgãos de participação social na formulação de políticas para a educação básica e superior. Além disso, há uma demanda coletiva pelo reconhecimento e valorização de todos os profissionais da educação.

Uma medida impactante resultante do aumento do orçamento para a educação foi o início do programa Escola em Tempo Integral.⁵⁸ A iniciativa visa criar um milhão de vagas na educação básica, oferecendo um currículo com pelo menos sete horas por dia, dividido em dois turnos. Além disso, Lula introduziu uma estratégia nacional de educação midiática, enfatizando o cultivo de habilidades críticas de alfabetização midiática, combatendo a desinformação e defendendo princípios democráticos.⁵⁹

A descontinuação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, uma iniciativa educacional chave sob o governo Bolsonaro desde 2019, representa uma mudança significativa.⁶⁰ Devido a relatos persistentes de violações de direitos e violência, a supervisão dessas escolas será

⁵⁶ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/governo-federal-volta-a-retirar-verba-de-universidades-e-institutos-no-mesmo-dia-em-que-tinha-recuado-de-bloqueio.ghtml>

⁵⁷ http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2022/08/liberdade-academica_pdf.pdf

⁵⁸ Veja: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>

⁵⁹ Veja: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao>

⁶⁰ Veja: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm

transferida das Forças Armadas para o Ministério da Educação. Elas serão reintegradas ao padrão do sistema educacional.⁶¹

No campo do ensino superior, há uma necessidade de um plano que padronize condições de estudo e admissão em todas as instituições de ensino superior do país. Reiniciar o plano de expansão do ensino superior, que envolve a construção de novas universidades e institutos federais, representa uma iniciativa estratégica para melhorar o acesso ao ensino superior de qualidade. Simultaneamente, fortalecer e expandir a implementação de programas de ação afirmativa é vital para promover um cenário educacional mais inclusivo e equitativo.

6.2 Progresso e Desafios na Conquista dos ODS

Em 2023, o Brasil retomou seu curso histórico como uma nação que valoriza cada vez mais a democracia e o multilateralismo, sob a liderança de um presidente com significativa influência global. No entanto, apesar dos esforços do Presidente Lula para reconstruir a imagem do Brasil como um importante ator ambiental em negociações e planos para lidar com a crise do aquecimento global, como defensor de valores democráticos e questões relacionadas à inclusão econômica e social, e como uma economia emergente com peso diplomático significativo entre os países do Sul Global, é certo que o Brasil tem muito a resolver internamente para cumprir a promessa de ascensão no cenário internacional.

Um componente crucial dos esforços futuros para conciliar a abordagem das vastas necessidades socioeconômicas enfrentadas por uma parte significativa da população brasileira com uma agenda global ambiciosa é a priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas em 2015. Esses objetivos visam orientar as ações de todos os países até 2030 e precisarão desempenhar um papel central no governo de Lula nos próximos anos.⁶²

Curiosamente, em um comunicado recente sobre a direção que pretende tomar no G-20, o grupo das principais economias mundiais que o Brasil começou a liderar em dezembro, Lula afirmou que atuará guiado pelo objetivo central de promover a luta contra as desigualdades. Nesse mesmo sentido, o Brasil adotará a agenda de proteção ambiental, transferência de tecnologia,

⁶¹ Veja: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/desmilitarizacao-da-educacao-200-entidades-pedem-revogacao-de-decreto-ao-mec/>

⁶² “The 17 Goals | Sustainable Development.” United Nations, sdgs.un.org/goals.

crescimento inclusivo, acesso à saúde e educação, bem como trabalho e renda dignos, como pilares de sua gestão no grupo.⁶³

Além da defesa de valores democráticos e institucionalismo, outras ações no cenário doméstico já podem ser percebidas. E, embora haja uma disparidade dramática nas condições de vida dentro e entre as cidades do país, desde o ano passado, em grande parte graças aos esforços de organizações multilaterais e não governamentais, o Brasil tornou-se o primeiro país do G-20 no processo de implementação da agenda de Desenvolvimento Sustentável em todos os seus municípios.⁶⁴ Infelizmente, o quadro que emerge desse monitoramento não é reconfortante. Setenta e um por cento das cidades têm um índice de desenvolvimento sustentável baixo, e na maioria dos municípios, o índice regrediu ou permaneceu estagnado nos últimos sete anos.⁶⁵ Grande parte do problema resulta da ferida histórica e definidora do Brasil: seu nível extremamente alto e persistente de desigualdade. E o que o mapeamento também indica é que promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável terá que incluir ações direcionadas para os contextos urbanos, rurais e florestais em todo o país.

No ambiente urbano, o acesso ao saneamento básico - fundamental para reduzir a exclusão estrutural de grandes populações e mitigar o impacto ambiental de grandes conglomerados urbanos no país - ainda requer medidas específicas,⁶⁶ mas pelo menos agora existem políticas públicas específicas para tentar melhorar a situação atual.⁶⁷ Da mesma forma, a luta contra a fome, uma política central e representativa do primeiro mandato do Presidente Lula, mas tragicamente abandonada nos últimos anos,⁶⁸ está mais uma vez assumindo sua devida centralidade.⁶⁹

⁶³ Mundi, Opera. "Lula Vai à Índia Para Assumir Presidência Do G20." Opera Mundi, 4 Sept. 2023, operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82619/lula-vai-a-india-para-assumir-presidencia-do-g20.

⁶⁴ Secretariat, SDSN. "Brazil Is the First G20 Country to Track the Sustainable Development of All Its Cities." *Sustainable Development Solutions Network*, 23 Sept. 2022, www.unsdsn.org/brazil-is-the-first-g20-country-to-track-the-sustainable-development-of-all-its-cities#:~:text=The%20index%20is%20a%20tool,city%20on%20over%20100%20indicators.

⁶⁵ Madeiro, Carlos. "Carlos Madeiro: 71% Das Cidades Do País Têm Baixo Desenvolvimento Sustentável, Diz Pesquisa." *UOL*, 6 Aug. 2023, noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/08/06/saude-educacao-fome-71-das-cidades-no-pais-tem-baixo-desenvolvimento.htm. Accessed 30 Nov. 2023.

⁶⁶ Content, Desenvolvido por Rock and BRK. "Saneamento básico no Brasil: veja os principais números!" *Saneamento em Pauta*, 27 May 2020, https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-basico-no-brasil/.

⁶⁷ "Saneamento Para Todos." *Acesso à Página Principal Do Site CAIXA.*, www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/meio-ambiente-saneamento/saneamento-para-todos/Paginas/default.aspx.

⁶⁸ "Infomaterias." *Senado Federal*, www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias.

⁶⁹ "Governo Federal Lança Plano Para Tirar o Brasil Do Mapa Da Fome Novamente." *Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*, www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-lanca-plano-para-tirar-o-brasil-do-mapa-da-fome-novamente.

No contexto não urbano, as ações para reduzir o desmatamento ganham destaque. Mas embora muito precise ser feito para reduzir os danos dos últimos anos,⁷⁰ o impacto positivo da nova administração do governo brasileiro já pode ser claramente sentido.⁷¹ Da mesma forma, a proteção das reservas indígenas, sempre ameaçadas pelos interesses do agronegócio,⁷² parece finalmente estar ganhando relevância para Lula.⁷³ Paralelamente, é vital que a matriz energética do Brasil, já significativamente sustentável, consiga se expandir ainda mais, reduzindo assim o impacto ambiental das cadeias produtivas do país.⁷⁴ Finalmente, Lula deve tentar promover atividades econômicas com menor impacto energético, como aquelas que não dependem tanto do comércio com países do outro lado do mundo.⁷⁵

Assim, temos uma perspectiva promissora para a administração atual do governo brasileiro em relação à possibilidade de alcançar, pelo menos em parte, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos próximos anos. A tarefa certamente será árdua, especialmente diante da destruição dos últimos anos. Seria importante, portanto, que tais políticas fossem priorizadas não apenas durante uma administração específica, mas também se tornassem políticas de Estado e prioridades abraçadas pela sociedade como um todo.

6.3 Abordagens Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

A busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, conforme articulado pelo Presidente Lula na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, destaca a necessidade urgente de reduzir desigualdades e implementar a Agenda 2030. No entanto, desenvolvimentos

⁷⁰ “Desmatamento Na Amazônia Tem Queda Histórica de 66% Em Julho.” *Serviços e Informações Do Brasil*, www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2023/08/desmatamento-na-amazonia-tem-queda-historica-de-66-em-julho. Accessed 30 Nov. 2023.

⁷¹ “Desmatamento Na Amazônia Tem Queda Histórica de 66% Em Julho.” *Serviços e Informações Do Brasil*, www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2023/08/desmatamento-na-amazonia-tem-queda-historica-de-66-em-julho. Accessed 30 Nov. 2023.

⁷² Neiva, Lucas. “Ruralistas Aceleraram Marco Temporal Na Câmara Para Evitar O STF.” *Congresso Em Foco*, 25 May 2023, congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/ruralistas-aceleram-marco-temporal-na-camara-para-evitar-o-stf/.

⁷³ “Lula Afirma Que Governo Vai Demarcar Novas Terras Indígenas Nesta Terça-Feira.” *Exame*, 5 Sept. 2023, exame.com/brasil/lula-afirma-que-governo-vai-demarcar-novas-terras-indigenas/.

⁷⁴ CEBRI Revista. “Uma Agenda Estratégica e de Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável Do Brasil.” *CEBRI Revista*, cebri.org/revista/br/artigo/60/uma-agenda-estrategica-e-de-futuro-para-o-desenvolvimento-sustentavel-do-brasil.

⁷⁵ Ricardo Abramovay, et al. “Superar a Monotonia Agroalimentar.” Ricardo Abramovay, ricardoabramovay.com/2023/09/superar-a-monotonia-agroalimentar/. Accessed 30 Nov. 2023.

recentes revelam um caminho desafiador à frente, apesar dos sinais positivos já transmitidos pelas ações do governo atual.

Nos dias que antecederam e seguiram o discurso do Presidente Lula na ONU, desenvolvimentos significativos ocorreram na jornada do Brasil em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Quatro dias antes de seu discurso na ONU, em 15 de setembro, Lula assinou um decreto para estabelecer a Comissão Nacional para os ODS. Este órgão é encarregado de elaborar e supervisionar estratégias, ações e políticas para implementar e alcançar efetivamente os ODS.⁷⁶

No entanto, um contraste evidente com essa iniciativa foi destacado seis dias após o discurso de Lula na ONU, com o lançamento do Relatório Luz⁷⁷ em 25 de setembro. Essa análise abrangente, realizada por 82 especialistas de 41 organizações, revelou uma tendência preocupante: o Brasil regrediu em 102 dos 168 objetivos de desenvolvimento estabelecidos pelas Nações Unidas desde a criação dos 17 ODS em 2015. Isso representa uma taxa de retrocesso de 60,7%, indicando um grande revés na busca do país pelo desenvolvimento sustentável. O relatório detalha ainda que apenas três objetivos mostraram progresso satisfatório, enquanto a maioria enfrentou retrocesso, estagnação ou ameaças iminentes.

Essa revelação é particularmente preocupante, dada a dedicação do Brasil à Agenda 2030, estabelecida na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em 2015. Esta agenda global, endossada por 193 países, incluindo o Brasil, estabeleceu 17 objetivos e 169 metas para abordar questões críticas, como fome, pobreza, sustentabilidade ambiental e desigualdade social.

Durante o terceiro mandato do presidente Lula, ele enfrentará o desafio de realinhar o Brasil com esses objetivos. Fundamental para esse esforço é abordar a preservação ambiental e as mudanças climáticas, especialmente em biomas críticos como a Amazônia e o Cerrado. Isso envolve não apenas combater o desmatamento, mas também proteger os direitos e meios de subsistência de comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

⁷⁶ “Presidente Lula Institui Comissão Nacional Para Os Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável.” *Secretaria-Geral*, www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/setembro/presidente-lula-institui-comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel.

⁷⁷ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf

Além disso, enfrentar a pobreza e a fome continua sendo uma alta prioridade, exigindo estratégias socioeconômicas abrangentes para elevar comunidades marginalizadas. Educação e alfabetização midiática são fundamentais para capacitar os cidadãos a participarem ativamente de iniciativas de desenvolvimento sustentável. A tarefa de Lula é harmonizar esses desafios, garantindo progresso inclusivo e ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento socioeconômico.

Os retrocessos enfrentados nessas áreas são em parte atribuídos à administração anterior do Presidente Bolsonaro. As omissões ambientais de seu governo, o manejo inadequado da pandemia e políticas que exacerbaram a violência, a fome, o desemprego e o desengajamento social prejudicaram significativamente o progresso do Brasil em direção aos ODS. Portanto, o mandato atual de Lula envolve não apenas avançar com novas iniciativas, mas também corrigir deficiências passadas para orientar o Brasil de volta ao caminho do desenvolvimento sustentável.

Diante das iniciativas do Presidente Lula e dos desafios do Brasil em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, duas questões críticas emergem: o retorno do Brasil ao mapa da fome durante o mandato do Presidente Bolsonaro e a complexa relação entre agronegócio e fome. Além disso, a expectativa de uma reforma tributária e a próxima 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30) em Belém também são cruciais para moldar o caminho futuro do Brasil.

Sob a administração do Presidente Bolsonaro, o Brasil testemunhou uma regressão preocupante em sua luta contra a fome. Em 2022, quase 66 milhões de pessoas, representando 30,7% da população,⁷⁸ viviam em insegurança alimentar moderada ou severa, uma situação remanescente do início da década de 1990. Este aumento alarmante da fome destaca a necessidade urgente de políticas eficazes e intervenções para reverter essa tendência. Um elemento-chave dessa discussão é a relação produtiva no setor agrícola, já que a relação entre agronegócio e fome no Brasil apresenta um paradoxo. Enquanto o agronegócio brasileiro afirma alimentar um bilhão de pessoas globalmente, a realidade dentro do Brasil é drasticamente diferente. Em 2022, milhões enfrentaram a fome, apesar da produção em larga escala de grãos e carnes no país. Essa situação surge de vários fatores:⁷⁹

⁷⁸ https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf

⁷⁹ Redação. "Tudo o Que Sabemos Sobre as Relações Entre Agronegócio e Fome." *O Joio e O Trigo*, 21 Sept. 2022, ojoioetrigo.com.br/2022/09/tudo-o-que-sabemos-sobre-as-relacoes-entre-agronegocio-e-fome/.

- a. Ingerência sobre a Agricultura Familiar: O agronegócio compete por terras tradicionalmente usadas por agricultores familiares, essenciais para a produção de alimentos básicos.
- b. Êxodo Rural: A perda de empregos rurais, especialmente na agricultura familiar, foi exacerbada pela transição para o agronegócio em larga escala e mecanizado.
- c. Alocação de Recursos Financeiros: O agronegócio desfruta de acesso privilegiado a financiamento público, muitas vezes à custa de fazendas menores e familiares.
- d. Mercado Orientado para Exportação: O foco nas exportações levou a aumentos de preços nos mercados domésticos, tornando alimentos básicos como arroz e carne mais caros para os brasileiros.
- e. Vinculação ao Dólar e Inflação: A dinâmica do mercado global influencia os preços domésticos, muitas vezes levando à instabilidade e custos mais altos para grãos essenciais como o milho.

Há uma expectativa crescente de que a reforma tributária seja aprovada este ano. A análise do Ministério da Fazenda sugere uma alíquota base de 25,45% a 27% para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA),⁸⁰ visando manter a carga tributária atual. A reforma aguarda debate na Câmara, após ter sido aprovada no Senado. Essa reforma é crucial para enfrentar desafios fiscais e garantir um sistema tributário mais equitativo, além de fundamentar a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar as demandas socioambientais da agenda de desenvolvimento sustentável.

Um componente simbólico desta agenda multifacetada é representado pela confirmação de Belém, Pará, como sede da conferência climática COP-30 em novembro de 2025, mencionada anteriormente. Essa decisão segue a proposta do Presidente Lula feita na COP-27 no Egito. Realizar a COP-30 na região amazônica destaca o compromisso do Brasil em lidar com as mudanças climáticas e mostra os desafios e oportunidades ambientais únicos do país.

Esses desenvolvimentos pintam um quadro complexo da atual paisagem social, econômica e ambiental do Brasil. Tratar esses desafios requer uma abordagem equilibrada que atenda às necessidades da economia, do meio ambiente e da sociedade, especialmente diante das recentes lutas do país contra a fome e os impactos do agronegócio em larga escala. A reforma tributária antecipada e a realização da COP-30 em Belém são passos rumo a esse equilíbrio, oferecendo caminhos potenciais para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.

⁸⁰ Noberto, Cristiane. "Análise Da Fazenda Sobre a Reforma Tributária Aponta Alíquota Entre 25,45% e 27%." *CNN Brasil*, www.cnnbrasil.com.br/economia/analise-da-fazenda-sobre-a-reforma-tributaria-aponta-aliquota-entre-2545-e-27/. Accessed 30 Nov. 2023.

CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO

Diante dos complexos desafios e oportunidades do Brasil, este policy paper costurou uma análise abrangente em áreas vitais, amplificando a importância da democracia, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, igualdade racial, gênero, diversidade sexual e desenvolvimento socioeconômico.

A tumultuada história política do Brasil, marcada pelo autoritarismo, uma democracia complexa e ataques recentes às suas instituições, destaca os desafios intrincados do país. Desde o regime militar até os ataques recentes do governo Bolsonaro aos pilares democráticos, o Brasil enfrentou uma profunda polarização e disfunção institucional. Apesar da resiliência demonstrada durante os ataques de 8 de janeiro de 2023, questões subjacentes persistem, incluindo um Congresso conservador e transacional, envolvimento militar em operações governamentais e complexidades judiciais. O governo Lula busca estabilizar esse quadro, enfatizando responsabilização e o devido processo legal. O reconhecimento do Presidente Biden das respostas democráticas do Brasil ao autoritarismo destaca a importância da colaboração para enfrentar desafios compartilhados, especialmente no combate ao extremismo e à desinformação. No entanto, reconhecer as diferenças e respeitar as aspirações independentes do Brasil são cruciais para um relacionamento EUA-Brasil mais frutífero. Buscar uma maior colaboração, especialmente em áreas como mudanças climáticas, enquanto reconhece os interesses únicos do Brasil, é vital para promover uma parceria produtiva e melhorar o papel do Brasil na governança global.

Os desafios e complexidades em torno do destino da Floresta Amazônica exigem ação global urgente e coordenada. A Cúpula de Belém, embora marcando uma reunião significativa de nações e resultando na Declaração de Belém, não atingiu objetivos cruciais de deter o desmatamento até 2030 e conter práticas ambientalmente destrutivas. Os imperativos políticos e econômicos da soberania individual têm impedido uma abordagem unificada, permitindo que os países participantes priorizem o crescimento econômico de curto prazo sobre o bem-estar ecológico a longo prazo. A resiliência das instituições do Brasil aos desafios da proteção ambiental depende da cooperação sustentada, da agricultura regenerativa, de cultivos sustentáveis, de energia renovável e de restrições aplicáveis a indústrias danosas. A nova fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento enfrenta não apenas obstáculos técnicos, mas desafios políticos formidáveis. Equilibrar metas ambientais com a influência de lobbies agroindustriais e de infraestrutura, navegar em conflitos dentro da coalizão governamental e abordar posturas adversárias são críticos. No entanto, com comprometimento político decidido, alinhamento de

preocupações ambientais com ministérios influentes e apoio internacional, há esperança de direcionar o Brasil para um caminho mais sustentável e ecologicamente responsável. A urgência está em reconhecer as consequências globais da degradação amazônica e fomentar uma cooperação significativa para a preservação desse ecossistema vital.

O Brasil está em uma encruzilhada crítica, navegando nas complexidades de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em meio a desafios significativos e iniciativas promissoras. O compromisso do Presidente Lula em promover a luta contra as desigualdades e priorizar a proteção ambiental, transferência de tecnologia, crescimento inclusivo, acesso à saúde e educação e trabalho digno é um sinal positivo. O estabelecimento da Comissão Nacional para os ODS demonstra um esforço formalizado para elaborar estratégias para uma implementação eficaz. No entanto, a revelação do Relatório Luz de retrocesso em 60,7% das metas de desenvolvimento destaca a grandeza da tarefa à frente. O compromisso do Brasil com a Agenda 2030, estabelecida na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, exige ação urgente na preservação ambiental, mudanças climáticas, combate à pobreza e desigualdade social. A reentrada nos mapas da fome durante a administração anterior e a intrincada relação entre agronegócio e fome apresentam desafios significativos que exigem intervenções políticas abrangentes. A reforma tributária antecipada e a próxima conferência COP-30 em Belém oferecem oportunidades para enfrentar desafios fiscais e mostrar o compromisso do Brasil com as mudanças climáticas. Alcançar os ODS nos próximos anos requer vontade política sustentada, políticas inclusivas e engajamento da sociedade para transformar essas iniciativas em prioridades duradouras do Estado abraçadas por toda a nação. O caminho para o desenvolvimento sustentável exige um delicado equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, ecoando a visão do Presidente Lula para um Brasil mais justo e sustentável.

Essa culminação de avaliações e recomendações não é apenas um documento estático, mas um chamado dinâmico à ação. Ele convoca formuladores de políticas, acadêmicos e defensores a se envolverem coletivamente com os desafios identificados e aproveitarem as oportunidades para uma transformação positiva. Ao seguir as recomendações políticas dentro desses campos, o Brasil tem o potencial de esculpir um futuro caracterizado por democracia, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, igualdade racial, equidade de gênero e prosperidade socioeconômica. Este documento serve como reflexão e catalisador de uma jornada colaborativa em direção a um Brasil mais equitativo e sustentável.

